

PROPOSTA DA UFCG AO REUNI

1. Dados da universidade

Nome da Universidade: Universidade Federal de Campina Grande

Endereço: Av. Aprígio Veloso, 882

Dirigente: Thompson Fernandes Mariz

Característica Atual da Instituição:

HISTÓRICO

A UFCG foi criada pela Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002. Sua criação ocorreu a partir do desmembramento da UFPB, então uma das maiores instituições de ensino superior por sua dimensão e pelo padrão de qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão, expresso em importante produção científica. A parte da UFPB que, hoje, constitui a UFCG tem importante participação neste desempenho.

A UFCG passou por um período de transição para construir um perfil particular que, respeitando a estrutura já existente, pudesse, também, assumir uma feição que justificasse o desmembramento de que é fruto, passando a planejar a consolidação de sua nova feição, elaborando seu Plano de Desenvolvimento Institucional com o compromisso de manter a qualidade dos serviços que presta à comunidade regional.

Embora recente, como instituição autônoma, a UFCG tem sua origem na década de 1950, quando a educação superior se iniciou em Campina Grande, com a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola Politécnica integradas à UFPB. Desde sua origem, os campi que integram a UFCG construíram uma tradição de excelência acadêmica que coloca esta universidade como referência nacional na educação superior pública.

A UFCG nasceu com uma estrutura multicampi. No Campus de Campina Grande, sede da Reitoria, estão instalados 05 centros de ensino: o Centro de Humanidades (CH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), o Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI), o Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) e o Centro de Ciências e Tecnologia (CCT). Em Cajazeiras, situa-se o Centro de Formação de Professores (CFP); em Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS); em Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR); em Cuité, o Centro de Educação e Saúde (CES) e, em Pombal, o Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA).

Esta Instituição conta com um centro tecnológico de excelência e qualifica mão-de-obra especializada para atender a demandas da indústria e do setor de serviços. Atua também na área de saúde e na área de ciências humanas, contribuindo na busca de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais positivas para a região em que está inserida.

No campo do planejamento, a UFCG vem implantando políticas de distribuição de recursos, objetivando a

expansão das matrículas, com a criação de cursos noturnos e de cursos fora da sede, buscando a recuperação dos Centros que investiram mais na democratização do acesso ao ensino superior. Dessa forma, a UFCG se constrói como um equipamento social indispensável à vida científica, cultural e econômica da Paraíba, abrigando cerca de 10.800 alunos em seus cursos de graduação e 868 na pós-graduação.

CURSOS DE GRADUAÇÃO

A UFCG oferece 60 cursos de graduação, em todas as áreas do conhecimento, conforme a denominação e a distribuição que seguem:

CAMPUS DE CAMPINA GRANDE

Administração (D), Administração (N), Arte e Mídia (D), Economia (D), Economia (N), Computação (D), Física (D), Ciências Sociais (D), Ciências Sociais (N), Desenho Industrial (D), Engenharia Agrícola (D), Engenharia Civil (D), Engenharia de Materiais (D), Engenharia de Minas (D), Engenharia Elétrica (D), Engenharia Mecânica (D), Engenharia Química (D), Engenharia de Produção (D), História (N), História (D), Matemática (D), Matemática (N), Medicina (D), Letras (D), Letras (N), Pedagogia (D), Pedagogia (N), Meteorologia (D).

CAMPUS DE CAJAZEIRAS

Licenciatura em Ciências (D), Licenciatura em Ciências (N), Geografia (D), Geografia (N), História (D), História (N), Letras (D), Letras (N), Pedagogia (D), Pedagogia (N), Medicina (D), Enfermagem (D), Técnico em Enfermagem (nível médio).

CAMPUS DE CUITÉ

Biologia (D), Biologia (N), Enfermagem (D), Farmácia (D), Física (D), Física (N), Matemática (D), Matemática (N) Química (D), Química (N).

CAMPUS DE PATOS

Biologia (N), Engenharia Florestal (D), Medicina Veterinária (D).

CAMPUS DE POMBAL

Agronomia (D), Engenharia de Alimentos (D), Engenharia Ambiental (D).

CAMPUS DE SOUSA

Ciências Contábeis (N); Direito (M); Direito (V); Direito (N).

PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO: Ciência da Computação, Ciências Sociais, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia de Materiais, Engenharia de Minas, Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Física, História, Linguagem e Ensino, Matemática, Meteorologia, Medicina Veterinária de Pequenos Ruminantes, Recursos Naturais, Sistemas Agrosilvo-Pastoris do Semi-Árido, e Ciências Florestais.

DOUTORADO: Ciência da Computação, Ciências Sociais, Engenharia Agrícola, Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Engenharia de Processos, Engenharia Elétrica, Meteorologia, Recursos Naturais.

Súmula do Plano:

A proposta que a UFCG ora apresenta ao REUNI está fundamentada na necessidade de expansão das vagas públicas do ensino superior na Paraíba. Conceitualmente, esta proposta foi elaborada com base na avaliação que se pode retirar dos números apresentados pelo MEC, relativos ao ensino de graduação, sobre o desempenho desta Instituição. Sendo assim, a presente proposta assume a tarefa de repensar a estrutura acadêmica em duas direções: revisar os métodos de ensino de modo a dividir essa ênfase com as várias formas de estudo; reestruturar a gestão dos cursos de graduação de modo a redefinir currículos a partir da revisão de idéias, já de muito sedimentadas, como as noções de pré-requisito e de obrigatoriedade, em busca de itinerários formativos menos verticais e, portanto, mais laterais ou mesmo transversais.

No Plano de Expansão apresentado por esta Universidade, em 2005, constam, como justificativa, os números que orientam a criação dos novos campi e dos novos cursos que, naquele momento, foram reivindicados. Em resumo, seguem os argumentos daquele período:

A criação da UFCG, em 2002, veio dar um novo impulso à interiorização do Ensino Superior no Estado. Neste sentido, a UFCG tem uma missão a cumprir, dando continuidade histórica ao seu modelo multicampi e indo ao encontro das aspirações de educação, desenvolvimento e cidadania do povo do interior do Estado e da região. Apesar de a Paraíba estar melhor aquinhoadada do que muitos Estados quanto ao acesso ao Ensino Superior, a situação dos jovens entre 18 e 24 anos é ainda bastante dramática no Estado.

Segundo dados do último censo do IBGE, apenas 4,71% deles estavam cursando o Ensino Superior em 2000. No caso da população estudantil entre 18 e 24 anos, verificamos uma tendência acentuada de concentração no acesso ao Ensino Superior, pois em 214 dos 223 municípios do Estado, menos de 4% deles cursa o Ensino Superior, sendo que em 58% do total dos municípios esta taxa é inferior a 1% (Cf. PNUD, 2003).

Assim, podem-se identificar grandes zonas de exclusão universitária, as diagonais da Zona da Mata

(sob a área de influência da UFPB), do Cariri-Curimataú-Seridó e do Sertão, estas últimas em pleno semi-árido, sob a área de influência da UFCG. Quando se verifica que, de 1998 a 2002, houve um incremento de 37% no número de concluintes do Ensino Fundamental e de 32% no de Ensino Médio (Cf. Paraíba, 2005), índices que projetam o montante de 36.000 alunos aptos a ingressarem no Ensino Superior no final de 2005, a responsabilidade pela expansão do sistema público se aprofunda. Com efeito, embora a Paraíba tenha conseguido avanços importantes no processo de interiorização do ensino superior público e também nos níveis fundamental e médio, a situação da maioria dos jovens em idade universitária é ainda bastante precária, especialmente nos municípios mais distantes.

Desta maneira, observa-se uma situação paradoxal: por um lado, o Estado tem um acúmulo histórico importante no que tange à interiorização do ensino superior público no Brasil, o que o coloca, comparativamente, em posição de destaque nas regiões Nordeste e Norte; por outro lado, a Paraíba ainda não atingiu níveis satisfatórios de oferta de educação superior, deixando a grande maioria de seus jovens alijada do acesso aos bancos da universidade.

É com esta compreensão, traduzida nas vagas e nos cursos aqui propostos, em sua concepção e localização, que a UFCG começa a enfrentar o planejamento de ações rumo à ampliação do acesso e à elevação na qualidade dos serviços que oferece à população estudantil que a procura.

2. As dimensões do plano de reestruturação

A. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública

A.1 Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno

1. Diagnóstico da situação atual:

Em 2002, quando foi criada, a UFCG atendia a cerca de 9.000 alunos. Hoje, após cinco anos de sua criação, esta instituição conta com 12.997,46 matrículas projetadas e com 897,42 docentes em dedicação exclusiva, mantendo uma relação de 15,25 alunos por professor.

A ampliação que esses números expressam ocorreu, em um primeiro momento, com o estímulo e o planejamento institucionais para atender à necessidade verificada, em nosso Estado, de aumentar o acesso à educação superior; esse esforço interno foi reforçado com a expansão promovida pelo MEC, a partir de 2005, autorizando a criação dos campi de Cuité e de Pombal.

Com estes números, a UFCG está projetando, até 2012, uma ampliação de 8.654,01 novas matrículas, das quais 983,95 no turno noturno, o que faz esta universidade sair do patamar das atuais 3.757,69 matrículas projetadas no turno noturno para o número de 5.089,96 matrículas neste turno. Esta ampliação ocorrerá em 15 novos cursos, ofertados em 25 novas turmas. Com esta projeção, serão alcançadas, ao fim de cinco anos, 21.651,47 matrículas e uma relação de mais de 18 alunos por professor.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

As metas para o aumento de vagas são as estabelecidas de acordo com os parâmetros fixados nas Diretrizes do REUNI para o período de cinco anos:

1. elevação gradual do número de vagas de ingresso de modo a alcançar 21.651,47 matrículas projetadas até 2012;
2. ajuste da relação entre professor e aluno de 1 para 18 até 2012.

Para alcançar a meta referente à matrícula projetada, no vestibular 2009 serão ofertadas 810 vagas a mais em relação ao vestibular 2008 e, em 2010, 535 vagas de ingresso a mais que as ofertadas no vestibular 2009.

Das 810 vagas ofertadas no vestibular 2009, 310 serão ofertadas no turno noturno e 500 no turno diurno; das 535 novas vagas, referentes ao ano de 2010, 450 serão ofertadas no turno diurno e 85 no turno noturno. No vestibular 2011 haverá um incremento de 10 vagas a mais, destinadas ao turno diurno.

3. Estratégias para alcançar a meta:

As metas acima estabelecidas serão alcançadas com a criação de novas vagas, em cursos existentes e em cursos novos, após a análise de dois fatores e de duas decisões importantes: as áreas e as unidades com pouca participação na graduação ampliaram suas vagas e serão levadas a uma ampla reestruturação acadêmico-pedagógica; as áreas de desempenho bom ampliaram vagas com o compromisso de revisar suas estruturas para alcançar um desempenho ótimo. A conclusão resultante dessa análise indicou os cursos e sua localização conforme segue:

CAMPUS DE CAMPINA GRANDE

CCBS - Cursos Existentes

1. Medicina: 63,9 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CCBS - Cursos Novos

1. Enfermagem (diurno): 383,76 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Psicologia - Bacharelado (diurno): 247,5 matrículas projetadas, com início previsto para 2010;
3. Psicologia - Licenciatura (noturno): 247,5 matrículas projetadas, com início previsto para 2010.

CH - Cursos Existentes

1. História (noturno): 22 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Ciências Sociais (diurno): 22,4 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Arte e Mídia (diurno): 22 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
4. Ciências Econômicas (diurno): 22,4 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
5. Ciências Econômicas (noturno): 22,4 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CH - Cursos Novos

1. Letras - Espanhol (diurno): 44,6 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Letras - Espanhol (noturno): 22,3 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Música (diurno): 133,6 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
4. Filosofia (noturno): 148,5 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
5. Comunicação Social (diurno): 176 matrículas projetadas, com início previsto para 2010;
6. Comunicação social (noturno): 176 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
7. Geografia (diurno): 198 matrículas projetadas, com início previsto para 2010;
8. Geografia (noturno): 222,75 matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CCT - Cursos Existentes

1. Desenho Industrial (diurno): 90,6 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Eng. Mecânica (diurno): 108, 2 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Eng. de Materiais (diurno): 54,1 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
4. Engenharia Química (diurno): 54,1 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CCT - Cursos Novos

1. Estatística (diurno): 181,2 matrículas projetadas, com início previsto para 2010;
2. Eng. de Petróleo e Dutos (diurno): 270,5 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Lic. Em Física (noturno): 90,6 matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CTRN - Cursos Existentes

1. Engenharia Civil (diurno): 162,3 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Eng. de Minas (diurno): 81,15 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Meteorologia (diurno): 45,3 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
4. Engenharia Agrícola (diurno): 54,1 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CTRN - Cursos Novos

1. Arquitetura e Urbanismo (diurno): 202,6 matrículas projetadas, com início previsto para 2010;
2. Engenharia de Alimentos (diurno): 243,45 matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CEEI - Cursos Existentes

1. Engenharia Elétrica (diurno): 568,05 novas matrículas projetadas, 50% das quais com início previsto para 2009 e o restante previsto para 2010;
2. Ciência da Computação (diurno): 509,625 novas matrículas projetadas, 50% das quais com início previsto para 2009 e o restante previsto para 2010.

CAMPUS DE SOUSA

CCJS - Cursos Existentes

1. Direito (diurno): 112 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Direito (noturno): 56 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Ciências Contábeis (noturno): 28 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CCJS - Cursos novos

1. Administração (noturno): 277,2 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
2. Serviço Social (diurno): 201,6 matrículas projetadas, com início previsto para 2010.

CAMPUS DE CUITÉ

CES - Curso Novo

1. Tecnólogo em Saúde Pública (noturno): 259,68 matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CAMPUS DE PATOS

CSTR - Cursos Existentes

1. Medicina Veterinária (diurno): 53,25 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CSTR - Cursos Novos

1. Odontologia (diurno): 479,25 matrículas projetadas, com início previsto para 2010;
2. Zootecnia (diurno): 170,4 matrículas projetadas, com início previsto para 2009;
3. Ciências Biológicas (diurno): 202,5 matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

CAMPUS DE CAJAZEIRAS

CFP - Curso Existente

1. Enfermagem (diurno): 53,3 novas matrículas projetadas, com início previsto para 2009.

4. Etapas:

As etapas de contratação de pessoal docente e de pessoal técnico foram delimitadas em função da disponibilidade orçamentária de cada ano - de 2008 a 2012. Essas etapas, ano a ano, estão delimitadas na planilha de custeio.

A criação de vagas discentes, em cursos já existentes e ou em cursos novos, foi planejada, com uma evolução gradual, de acordo com a necessidade de alcançar a meta de 21.651,47 matrículas projetadas, em 2012, e em conformidade com os recursos de custeio, que baliza a contratação de pessoal, e de investimento para construção de novas instalações, para aquisição de novos equipamentos e para ampliação da infra-estrutura.

Os cursos criados com base em uma estrutura existente capaz de iniciar o seu funcionamento iniciarão em 2009; aqueles que carecem de maior suporte funcionarão a partir de 2010; todas as vagas criadas em cursos já existentes serão implantadas a partir de 2009.

5. Indicadores:

Com o acréscimo de 171 docentes (20% a mais do atual quadro docente), a UFCG oferecerá mais 8.654,01 novas matrículas projetadas, totalizando 21.651,47 matrículas projetadas em 2012. A ampliação gradativa do quantitativo de alunos e a crescente relação que se estabelece entre o número de docentes e o de discentes serão os indicadores que comprovarão o alcance da meta de se ampliar a oferta de vagas no ensino superior a partir do melhor aproveitamento da estrutura existente na Instituição.

A.2 Redução das taxas de evasão

1. Diagnóstico da situação atual:

Consideram-se como evasão as vagas ociosas decorrentes de óbitos, transferências, cancelamento por abandono, cancelamento de matrícula por jubramento, cancelamento por mudança de curso, cancelamento por decisão judicial, cancelamento por solicitação do aluno, suspensão temporária, conclusão sem colação de grau, cancelamento por não cumprimento do Programa Estudante Convênio – PEC, cancelamento por aprovação em novo vestibular, cancelamento por cumprimento de convênio, cancelamento por indicação do novo regimento, cancelamento por não comparecimento ao cadastro, cancelamento por remanejamento de curso ou de período, cancelamento por não comparecer ao

remanejamento, suspensão por débito na biblioteca, cancelamento por término de intercâmbio.

Como amostragem, segue um quadro demonstrativo da evasão, na UFCG, no ano 2006 (dados Pinglifes 2006). As 2.799 evasões ocorridas neste ano estão assim distribuídas:

1. conclusão de curso: 38,76%
2. transferência: 1,11%
3. falecimentos: 0,11%
4. cancelamentos por abandono: 32,98%
5. cancelamentos por jubramento: 2,39%
6. mudanças de curso ou de turno: 5,26%
7. cancelamentos por solicitação do aluno: 1,21%
8. cancelamentos por aprovação, em vestibular, para novo curso: 3,68%
9. cancelamento por não comparecimento ao cadastro: 13,18%
10. cancelamento por não comparecimento ao remanejamento: 0,86%

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

Para reduzir a evasão, a primeira medida será revisar completamente, durante o ano de 2008, as normas institucionais que caracterizam os casos de evasão e que monitoram o seu controle. Com isto, busca-se:

1. diminuir, até o limite permitido pelos mecanismos de monitoramento institucional, a taxa de evasão da UFCG no prazo de 04 semestres;
2. analisar, em cada situação, os casos de evasão que, à primeira vista, estão fora de controle da Instituição.

Entende-se que uma das maneiras de reduzir as taxas de evasão da Instituição é efetuar controle efetivo da vida do estudante na universidade. Para o monitoramento das evasões será desenvolvido, em 2008, um software de apoio que, por meio de consulta à base de dados da instituição, apontará os abandonos de disciplinas no momento em que ocorrerem.

A partir deste diagnóstico, as coordenações de curso serão orientadas a conversar com os alunos que se encontrarem nesta condição. A Pró-Reitoria de Ensino providenciará, para os abandonos de curso verificados, com base nos novos dispositivos normativos a serem adotados, a ocupação da vaga tão logo ela seja identificada como ociosa.

Com isso, a UFCG disporá de uma ferramenta administrativa eficaz que atuará como um termômetro no tocante às vagas institucionais em relação ao compromisso institucional com o REUNI. Uma simples consulta à ferramenta mostrará, on-the-fly, o estado real da ocupação das vagas da Instituição, quer seja por curso, por centro, ou para toda a Universidade.

Para a identificação do abandono de disciplinas, será implantado o Diário de Classe Eletrônico. Para o acompanhamento da ocupação das vagas, a atual base de dados institucional contém os dados necessários.

3. Estratégias para alcançar a meta:

Uma das maneiras de reduzir as taxas de evasão da Instituição é efetuar controle efetivo do vínculo do estudante com a Universidade. Para o monitoramento das evasões, será desenvolvido um software de apoio que, por meio de consulta à base de dados da Instituição, apontará os abandonos de disciplinas no momento em que ocorrerem.

As coordenações de curso serão orientadas a conversar com os alunos que se encontrarem nesta condição e a Pró-Reitoria de Ensino providenciará, com base nos novos dispositivos normativos anteriormente citados neste documento, a ocupação da vaga tão logo ela esteja ociosa.

Em uma outra dimensão, para reduzir os casos de evasão que dependem das condições de oferta da Instituição, no que concerne ao acesso, à estrutura acadêmica e à permanência, serão adotadas as seguintes ações:

1. revisão e atualização, durante o ano de 2008, dos projetos pedagógicos dos cursos, buscando a flexibilização curricular que considere como crédito a participação em congressos, as atividades de monitoria, de extensão e de pesquisa;
2. criação de um ciclo básico comum para cursos de uma mesma área, como forma de permitir maior mobilidade estudantil;
3. utilização de tecnologias de ensino a distância para apoio ao ensino presencial e para melhor monitoramento e maior estímulo às atividades fora da sala de aula;
4. ampliação das vagas em cursos noturnos para oferecer mais oportunidades de acesso ao ensino superior público;
5. recuperação e ampliação da infra-estrutura existente, especialmente quanto às bibliotecas, restaurantes e residências universitárias;
6. concessão de bolsa de assistência estudantil para estudantes carentes;
7. ampliação do número de bolsas dos programas acadêmicos institucionais – PROLICEN, PROBEX, PIBIC e PIBIAC – com a utilização de critérios (número de alunos, índice de evasão e retenção) para sua distribuição entre os diversos Centros;
8. ampliação de laboratórios de informática e de pesquisa específica em todos os Centros;
9. construção de áreas de convivência que propiciem bem-estar à comunidade acadêmica;
10. criação de mecanismos de avaliação sistemática de cursos, com o objetivo de identificar pontos de retenção, causas e estratégias de restabelecimento de fluxos contínuos;
11. criação de um programa de tutoria discente para alunos da graduação e da pós-graduação, com orientação docente, voltado para atividades de reforço a alunos com dificuldade na

aprendizagem;
12. ampliação e modernização do sistema de bibliotecas em seus acervos material e digital.

4. Etapas:

Espera-se ter, ao fim de 04 semestres, a taxa de evasão reduzida até ao limite máximo permitido pelo mecanismo da ocupação imediata da vaga ociosa detectada.

Durante esse período, a Instituição irá quantificar e estudar os casos de evasão que fogem ao controle das decisões acadêmicas e verificar, ainda assim, que casos podem ser resolvidos pela via da mobilidade estudantil, da flexibilidade curricular (em determinado curso e ou entre esse e os demais), e da assistência ao estudante.

5. Indicadores:

Após 04 semestres, a Instituição não deve registrar evasão sem ser identificada por mecanismos de controle acadêmico.

A demanda por mobilidade e por assistência estudantil, nas modalidades de bolsa, de moradia e de alimentação, deve ser considerada em cada caso de evasão. Portanto, os indicadores da UFCG, nessas áreas de atuação acadêmica, devem ser analisados em função do desempenho institucional no item evasão.

A ferramenta administrativa indicada no tópico A2, item 3, estratégias para alcançar as metas, fornecerá indicadores, com visualização gráfica e numérica, da evolução do quadro de vagas e da sua ocupação, com alertas para a ociosidade sempre que ela vier a ocorrer.

Os indicadores para mensurar a redução das taxas de evasão serão

1. o número de vagas ociosas detectadas;
2. a taxa de evasão por disciplina.

A.3 Ocupação de vagas ociosas

1. Diagnóstico da situação atual :

Denominam-se de vagas ociosas aquelas decorrentes de óbitos, desistências, transferências, desligamentos ou abandono de curso. De acordo com o Regimento Geral da UFCG, o ingresso nos cursos de graduação se dá mediante classificação nos seguintes processos seletivos, objetivando a ocupação de vagas ociosas: reopção de curso e ou de turno, transferência voluntária, ingresso de graduado e reingresso.

A Pró-Reitoria de Ensino é responsável pela verificação da existência das vagas ociosas e pela realização do processo seletivo conforme o caso. Para isto, há regulamentação específica que estabelece os critérios de aprovação em cada um dos processos:

1. Processo de Transferência Voluntária: observa-se o art. 49 da Lei nº. 9.394/96, que dispõe que as instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na existência de vagas e mediante processo seletivo, obedecendo-se, ainda, ao que determina a Portaria nº. 230, de 09 de março de 2007. Podem participar desse processo seletivo os alunos regularmente vinculados a Instituição de Ensino, em curso autorizado, aprovados em disciplinas que totalizem uma carga horária acumulada de, no mínimo, 300 (trezentas) horas-aula, e que não tenham superado, no curso de origem, o prazo superior a 50% do tempo máximo estabelecido para a sua integralização.
2. Processo de Reopção de Curso e ou de Turno: é praticado para promover a mobilidade acadêmica interna a partir da ocupação de vagas ociosas detectadas nos cursos. Podem participar desse processo os alunos regularmente vinculados ao curso de origem, que tenham cursado, pelo menos, um período letivo no caso de sistemas de créditos ou seriado semestral, ou um período letivo anual no caso de sistema seriado, e houverem integralizado, no mínimo, 20 (vinte) créditos, no caso de sistema de créditos, ou 300 (trezentas) horas-aula, no caso de sistema seriado, excluídas as disciplinas dispensadas. Além disso, os candidatos não podem ter ultrapassado 60% do tempo de integralização do curso. Somente é possível a reopção para cursos da mesma área de conhecimento.

O reingresso e o ingresso de graduados ainda não foi regulamentado pela Câmara Superior de Ensino. Deste modo, somente se tem realizado o ingresso de graduados em cursos que admitem nova modalidade ou nova habilitação.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução :

Foram identificadas 1.002 vagas ociosas, neste momento, na UFCG. Para sua ocupação, serão fixadas as seguintes metas:

1. preenchimento, até ao final de 2009, das 1.002 vagas ociosas atualmente identificadas na instituição, pela utilização dos dois mecanismos hoje existentes: processo de transferência voluntária e processo de reopção;
2. regulamentação, no ano de 2008, dos processos de reingresso e de ingresso de graduados;

3. ocupação vagas ociosas futuras no momento de sua ocorrência, de forma a alcançar, a partir de 2010, mecanismos de preenchimento em fluxo contínuo.

3. Estratégias para alcançar a meta :

Para o preenchimento total das atuais vagas ociosas e para se evitar sua ocorrência futura, serão adotadas as medidas a seguir:

1. adoção de normas que viabilizem a ocupação das vagas no período em que estas ocorram;
2. implantação de programa de orientação acadêmica tutorial, utilizando monitores e alunos da pós-graduação;
3. flexibilização da estrutura curricular, com diminuição de pré-requisitos, permitindo a transversalidade de conteúdos;
4. adoção de mecanismos institucionais e de legislação acadêmica que permitam o controle vigilante da oferta, buscando ocupar, de forma eficiente e ágil, as vagas ociosas no período de sua ocorrência;
5. veto ao trancamento de disciplinas no primeiro semestre do curso;
6. chamada contínua de alunos da lista de espera do vestibular;
7. flexibilização das atuais normas do processo de reopção de turno e ou de curso;
8. admissão de ex-alunos;
9. mudança de legislação institucional para permitir a entrada intermediária, com equivalência de disciplinas, buscando a prática da transversalidade e da mobilidade;
10. revisão e modificações do aparato legislativo institucional, visando adequação às melhores condições de aproveitamento de estudos, identificação e aproveitamento de vagas ociosas;
11. criação de código de vaga para cada curso e semestre, desvinculado da matrícula do aluno, de forma que se possa identificar a vaga e os requisitos necessários (disciplinas) para preenchê-la;
12. criação de aluno especial, que já tem matrícula em outro curso, de forma a condicioná-lo a ocupar vagas disponíveis em períodos intermediários;
13. monitoramento e avaliação do uso de benefícios concedidos pela assistência estudantil e o seu aproveitamento acadêmico;
14. convocação de candidatos oriundos do ENEM, considerando-se sua classificação.

4. Etapas:

As etapas previstas para a ocupação de vagas ociosas incluem:

1. ocupação das vagas ociosas existentes, de forma imediata (2008), por meio dos processos de ingresso disponíveis;
2. revisão da estrutura normativa da Instituição (2008) com vistas à flexibilização das normas atualmente em vigor e à criação de outras modalidades de ingresso;

3. ocupação, em fluxo contínuo, de vagas ociosas que forem sendo geradas, a partir do segundo semestre letivo de 2009.

5. Indicadores:

Será tomado como indicador do acompanhamento da ocupação de vagas ociosas a diminuição gradativa destas vagas em cada curso de graduação. A projeção programada indica o segundo semestre letivo de 2009 como o ponto em que a Instituição estará promovendo a ocupação de vagas ociosas em fluxo contínuo.

Não será permitida a existência de vagas ociosas por mais de um semestre.

A mobilidade estudantil, respaldada pela assistência estudantil, será um mecanismo auxiliar para articular a flexibilidade da formação acadêmica à ocupação de vagas ociosas.

A.4 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no decreto

1. Especificar a proposta:

A questão não se aplica à Instituição.

2. Diagnóstico da situação atual:

A questão não se aplica à Instituição.

3. Metas a serem alcançadas com cronograma de execução:

A questão não se aplica à Instituição.

4. Estratégia para alcançar a meta:

A questão não se aplica à Instituição.

5. Etapas:

A questão não se aplica à Instituição.

6. Indicadores:

A questão não se aplica à Instituição.

B. Reestruturação Acadêmico-Curricular

B.1 Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade

1. Diagnóstico da situação atual:

No campo do planejamento acadêmico, a Instituição elaborou e implantou novas matrizes de alocação de vagas docentes e de recursos orçamentários, passando a privilegiar variáveis como a expansão da

matrícula e a criação de cursos noturnos e cursos fora da sede, dentre outras iniciativas, que determinam a recuperação e a preeminência dos Centros que investiram mais na democratização do acesso ao ensino superior.

Foram criados os cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Agronomia, Ciências Biológicas e as Licenciaturas em Biologia, Física, Química e Matemática.

Todos os projetos, que estão em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contemplam a flexibilidade curricular, pelo aproveitamento de atividades extra-curriculares, com inclusão de tópicos especiais que possibilitam currículos mais dinâmicos, inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - como componente obrigatório, nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e em Letras, e como componente optativo nos demais.

A Instituição está construindo novos campi e, também, tem investido na construção e reestruturação física dos ambientes nos campi já existentes, com a construção de novas salas de aulas (climatizadas, equipadas com projetor multimeios e demais recursos audiovisuais); tem investido em reforma de auditórios e mini-auditórios. Como incorporação de avanços tecnológicos, a implantação, em curso, da TV Escola, no curso de Arte e Mídia, é um bom exemplo da atualização pedagógica por que passa esta Universidade.

Além dos laboratórios equipados para a pesquisa científica e tecnológica específica, a UFCG dispõe de laboratórios acadêmicos nos mais diversos cursos, a exemplo do Laboratório de Prática Jurídica, onde os alunos realizam atendimento à comunidade; dispõe, também, de Empresas Juniores, incubadoras de empreendedorismo, nos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Matérias, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Ciências da Computação, Administração, Ciências Econômicas e Desenho Industrial.

No momento, encontra-se em execução a construção de salas de aula em Campina Grande, em Patos, em Pombal e em Cajazeiras, além da recuperação de salas, em todos os campi, equipadas com novas tecnologias de multimeios destinados ao ensino.

Nas atividades de estágios, os alunos são encaminhados, pela Coordenação de Programas e Estágios da Pró-Reitoria de Ensino, para empresas com que são firmados convênios ou para outras empresas por meio de agentes de integração.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

Para a consecução de uma revisão conseqüente, as unidades e os cursos serão equipados e estruturados de maneira que:

1. os alunos alcancem os melhores índices de desempenho no ENADE;

2. os cursos alcancem os melhores índices de desempenho quando de sua avaliação.

Para isto, a UFCG promoverá a melhoria dos seus espaços físicos, das estruturas administrativas e dos equipamentos disponíveis para os cursos de graduação, a partir de 2008, tendo em vista a liberação de recursos orçamentários especialmente destinados a este fim por meio do programa REUNI.

3. Estratégias para alcançar a meta:

A revisão da sua estrutura acadêmica é um objetivo que a UFCG persegue continuamente. À guisa de exemplo, encontra-se em fase de aprovação, na Câmara Superior de Ensino do Conselho Universitário, a revisão do Regulamento da Graduação.

Tendo em vista novos parâmetros indicados pelo REUNI, a referida regulamentação passará por novos ajustes no sentido de tornar ainda mais ágil a integralização curricular, permitindo à Instituição cumprir a meta de alcançar, ao final dos próximos cinco anos, a taxa de 90% de conclusão em relação ao número de ingressantes.

Além desta medida, também neste momento, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento da Instituição está projetando, para tornar exequível a presente proposta:

1. a construção de novas centrais de aula e de novos laboratórios nos Centros que tiveram ampliação significativa (Centro de Ciência e Tecnologia, Centro de Engenharia Elétrica e Informática, Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro de Humanidades, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde);
2. a reestruturação da infra-estrutura e das instalações comuns em todos os Centros.

Da mesma forma, encontra-se em fase de planejamento, no âmbito da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, a reordenação da assistência estudantil praticada na Instituição, com especial ênfase na criação da bolsa de assistência estudantil, cujo objetivo é assegurar a permanência do estudante carente na sala de aula, exigindo deste aluno, como contrapartida do benefício recebido, a aprovação em cinco disciplinas por semestre letivo.

É ainda objeto de estudo desta Pró-Reitoria, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino e a Pró-Reitoria de Extensão, a criação do Estágio Social, mecanismo por meio do qual o aluno desenvolverá, no domínio de sua formação acadêmica, atividades de extensão voltadas para o atendimento de demandas sociais observadas no entorno da Instituição.

4. Etapas:

A revisão aqui proposta (revisão do Regulamento da Graduação), expressa nas metas e em suas estratégias, tem como etapa de execução, para o caso da elaboração de projetos acadêmicos o ano de 2008.

A Bolsa de Assistência Estudantil está quantificada e distribuída, ano a ano, na planilha de custeio desta proposta.

A adoção do Estágio Social dar-se-á a partir de sua discussão e adequação em cada curso.

Em relação à construção de novas edificações e à compra de equipamentos, necessários às novas demandas decorrentes deste plano de reestruturação e de ampliação de oferta de vagas, as etapas previstas obedecem à liberação dos valores previstos para investimento e distribuídos, nesta proposta, de acordo com os limites anuais estabelecidos na planilha respectiva (Cf. Quadro Síntese de Orçamento, anexo ao item 9 deste formulário).

5. Indicadores:

Para acompanhar o resultado da revisão da estrutura acadêmica na Instituição, além do monitoramento do desempenho dos alunos, por meio da análise de seus históricos escolares, mecanismo por meio do qual se poderá observar, por exemplo, o efeito do oferecimento da Bolsa Permanência sobre a taxa de sucesso da graduação, serão também consideradas, como mecanismo de acompanhamento dos indicadores de qualidade, a evolução do desempenho dos egressos no ENADE, nos exames dos conselhos profissionais, bem como a sua inserção nas atividades de pós-graduação e pesquisa e no mercado de trabalho.

B.2 Reorganização dos cursos de graduação

1. Diagnóstico da situação atual:

Todos os cursos da UFCG vêm passando por reforma curricular para adequação às normas emanadas do Conselho Nacional de Educação, sobretudo no que se refere às diretrizes curriculares, carga horária e tempo mínimo de integralização.

As novas estruturas curriculares, a serem elaboradas com base nas idéias aprovadas nesta proposta, deverão ser realizadas em 2008, implementadas a partir de 2009 e revisadas, a cada ano, por indicação do Grupo de Ação Pedagógica e do Comitê Gestor do REUNI/UFCG.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

A reestruturação curricular, na proposta ora apresentada, tem como preocupação central:

1. a elevação da qualidade de formação dos alunos;
2. a otimização do tempo do aluno durante sua permanência na Universidade;
3. a execução de currículos e conteúdos que propiciem percursos formativos completos, descartando-se a certificação de etapas incompletas de formação.

3. Estratégias para alcançar a meta:

Entre as estratégias adotadas para reorganizar os seus cursos de graduação, visando a uma reestruturação proveitosa, a UFCG implementará:

1. a oferta, para cada curso, nos dois períodos iniciais, dos componentes curriculares de formação básica disponíveis no Centro a que pertence a unidade;
2. a atribuição de crédito à participação em programas institucionais e em eventos acadêmicos;
3. a revisão das noções de obrigatoriedade e de pré-requisito e ampliação de disciplinas optativas;
4. a adoção de mecanismos de monitoramento e de aferição de crédito para períodos de estudos realizados fora da sala de aula;
5. a implantação de um regime especial de recuperação com um processo de avaliação que considere:
 - a) plano de estudo focado na disciplina em que o aluno apresenta dificuldade;
 - b) turma e método especiais para repetentes;
 - c) opção para o aluno cursar a disciplina em outra Instituição;
 - d) escolha de disciplina afim;
 - e) pontuação parcial com seminário de estudos complementares;
 - f) experiência pedagógico-científica compensatória voltada para o ensino médio, para projetos comunitários ou para empresas;
6. a adoção de um programa de tutoria discente, com bolsa para alunos mais preparados desenvolverem planos de estudo com colegas em dificuldade;
7. a instituição de nivelamento para as disciplinas básicas responsáveis pelos maiores índices de retenção;
8. a concepção de disciplinas básicas com ementas voltadas para o perfil de cada curso;
9. melhor aproveitamento do estágio de docência na pós-graduação;
10. o incentivo à atividade de monitoria, duplicando o número de bolsas institucionais e utilizando critérios técnicos como número de alunos, índice de evasão e retenção para sua distribuição entre os diversos Centros;

11. a concepção do pré-requisito como conteúdo e não, apenas, como disciplina;
12. a diminuição da carga horária dedicada ao ensino, com foco na sala de aula, para o melhor aproveitamento das diversas atividades de estudo;
13. a revisão da blocagem de alocação de disciplinas em sala de aula;
14. a adoção de atividades semi-presenciais nos termos permitidos pela legislação vigente;
15. a mudança no processo de registro do aluno, com o objetivo de instalar processo de identificação e de oferta imediatas das vagas ociosas;
16. a mudança do sistema de blocagem das disciplinas nos horários e salas de aula disponíveis, com vistas ao melhor aproveitamento da infra-estrutura existente;
17. a flexibilização da oferta de disciplinas, permitindo à unidade acadêmica, de acordo com o perfil pedagógico de cada curso e com sua capacidade instalada, assumir a responsabilidade de ministrar disciplinas que, na organização acadêmica atual, são oferecidas por outras unidades.

4. Etapas:

Em um primeiro momento, a Pró-Reitoria de Ensino discutirá e aprovará um arcabouço normativo que considere e facilite a implementação das mudanças formuladas na presente proposta. Esta etapa se iniciará em 2008 e irá até 2009;

A partir deste último ano, serão iniciadas as mudanças nos espaços físicos e nas instalações necessárias à acomodação das novas atividades conseqüentes à aprovação desta proposta. Essa etapa irá até 2012.

5. Indicadores:

As mudanças normativas, a reorganização dos espaços e a aquisição de novas instalações deverão indicar, a cada ano, um aumento na taxa de conclusão que leve a Instituição a alcançar os números aqui propostos.

Desse modo, a cada semestre serão avaliadas as mudanças em curso com vistas à sua adequação às metas estatísticas e as diretrizes acadêmico-pedagógicas.

B.3 Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada

1. Diagnóstico da situação atual:

A UFCG oferece as seguintes modalidades de graduação: bacharelado, licenciatura e curso superior de tecnologia.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

Para aumentar as possibilidades de formação que considerem a demanda e as realidades do mundo profissional, esta proposta prevê:

1. ampliação de cursos tecnológicos de nível superior, evitando-se a certificação de ciclos inconclusos da formação universitária, e, ao mesmo tempo, atendendo à demanda da juventude por formação acadêmica especializada;
2. diplomação com formação profissional completa nas modalidades de tecnólogo, licenciado e bacharel.

3. Estratégias para alcançar a meta:

1. Ofertar cursos tecnológicos de nível superior com acesso direto, após sua conclusão, às licenciaturas e ou aos bacharelados;
2. integrar a licenciatura ao bacharelado com diplomação intermediária (permitir a diplomação em licenciatura com possibilidade de complementação para diplomação no bacharelado);
3. adotar a mobilidade entre cursos, áreas e instituições como prática pedagógica e acadêmica;
4. flexibilizar as estruturas curriculares para possibilitar a escolha, por parte do aluno, de percursos formativos consoantes com suas expectativas de formação e de profissionalização.

4. Etapas:

As mudanças serão implantadas, gradualmente, a partir de:

1. mudanças na legislação, em 2008, que incluam, primeiramente, revisão da estrutura curricular e revisão das noções de obrigatoriedade e de pré-requisito;
2. formulação, em 2008, dos projetos pedagógicos dos cursos com ingresso previsto para 2009.

5. Indicadores:

Serão consideradas, para medir a diversificação das modalidades de graduação:

1. a existência de maior integração das disciplinas e das atividades do bacharelado e da licenciatura, nas unidades que oferecem as duas formações, o que contribuirá para o melhor aproveitamento de conteúdos e do tempo que o aluno dedicará ao curso, aumentando o número

de egressos;

2. a criação da formação tecnológica contribuirá para melhor adequar as expectativas de formação profissional às demandas por emprego, aumentando, dessa forma, as possibilidades oferecidas à juventude advinda do ensino médio.

Com isso, três indicadores principais serão acompanhados, cuidadosamente, pela instituição:

1. o tempo de conclusão de curso;
2. a demanda por cursos de formação tecnológica;
3. a situação dos egressos no mundo do trabalho.

B.4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos

1. Diagnóstico da situação atual:

Atualmente, esta Instituição não possui regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos alternativos ao perfil profissional previsto nos projetos pedagógicos dos cursos existentes.

Esses projetos são calcados na LDB, mas ainda não estão atentos à horizontalidade e à transversalidade na formação acadêmica.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Avaliar, a cada semestre, a repercussão das alterações curriculares e das mudanças pedagógicas resultantes da presente proposta, considerando, sobretudo, a escolha de disciplinas e a circulação dos alunos por cursos e programas;
2. analisar, em 2010, a mobilidade e a flexibilidade que a presente proposta foi, até então, capaz de realizar;
3. discutir, ao final de 2010, os dados iniciais fornecidos pelos cursos com vistas à adoção, se necessária à revisão de rota rumo às metas aqui pactuadas, de novos itinerários formativos de formação acadêmico-profissional.

3. Estratégias para alcançar a meta:

1. Oferta das titulações de tecnólogo, licenciado e bacharel;
2. aproveitamento máximo das possibilidades de formação plural por meio de uma mobilidade que

permita ao aluno cursar disciplinas em diversos cursos e instituições;

4. fixação de número máximo de alunos por disciplina;
5. estabelecimento de um número mínimo para a oferta de disciplinas não-obrigatórias em cada curso;
6. oferta de disciplinas de tópicos especiais não vinculadas aos cursos, oferecendo maior transversalidade;
7. adequação da legislação institucional vigente para viabilizar o aproveitamento de estudos e atividades não curriculares;
8. implemento da transversalidade de conhecimentos e aproveitamento de atividades técnico-tecnológicas, pertinentes à área de interesse do curso.
9. oferecimento de tópicos especiais voltados para áreas temáticas;
10. fixação de carga horária mínima na integralização curricular para as atividades de pesquisa e de extensão, bem como para a participação em trabalhos técnicos.

4. Etapas:

Até 2010, devem-se cumprir os itinerários formativos previstos nos projetos pedagógicos dos cursos existentes.

A partir de 2010, serão discutidas as possibilidades de se apresentarem novos itinerários formativos, se necessários, por sua evidência pedagógica e ou para o cumprimento das metas do presente programa.

Até 2012, devem ser avaliados os itinerários que vierem a ser praticados, com acompanhamento a cada semestre, visando à estruturação de novos itinerários formativos.

A flexibilidade e ou a mobilidade que esta proposta conseguir implementar indicarão as possibilidades acima sugeridas.

5. Indicadores:

As formações e as estratégias indicadas apontam para o aumento do número de formandos por semestre, o que deverá ser acompanhado com precisão. Esse acompanhamento apontará para a continuidade do modelo, para sua correção e ou para a adoção de itinerários formativos diversos.

A análise do histórico escolar dos alunos será o indicador que vai apontar o caminho a ser trilhado para determinar novas possibilidades de diplomação.

Caso não haja o aumento esperado da taxa de conclusão, nas modalidades de graduação ora praticados (bacharelado, licenciatura e curso superior de tecnologia), a Pró-Reitoria de Ensino providenciará estudo

a cerca da adoção futura de novas possibilidades de graduação.

B.5 Prever modelos de transição, quando for o caso

1. Diagnóstico da situação atual:

Não há um modelo específico de transição em curso, uma vez que o modelo acadêmico em vigor está consolidado. Sendo assim, a Instituição deve discutir e adotar, a partir de 2008, modelos de transição que dêem conta de situações peculiares decorrentes da implantação das propostas pedagógicas formuladas para este programa.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Alcançar o melhor aproveitamento das atividades atuais de formação dos alunos com a adequação da rotina acadêmica às sugestões deste programa;
2. capacitar docentes e técnicos para os novos modelos curriculares e de administração da vida acadêmica resultantes da presente proposta.

3. Estratégias para alcançar a meta:

1. Rever a avaliação discente, hoje em vigor nas universidades, uma vez que os meios de comunicação local, as novas mídias, as técnicas didáticas mais eficientes, os novos PPCs e os novos rumos traçados para a educação superior exigem novas metodologias de avaliação da aprendizagem;
2. rever a avaliação docente para desenvolver, promover e implantar um sistema de avaliação de modo a não buscar culpados e sim defeitos, de modo a não punir e sim corrigir, de modo a não excluir e sim oportunizar um sistema de avaliação que venha a contribuir com a eficiência e a responsabilidade de uma Instituição formadora de profissionais e cidadãos;
3. realizar oficinas permanentes de metodologia de ensino, centradas nas diretrizes do REUNI, a serem oferecidas aos docentes da Instituição, pelas Unidades Acadêmicas de Educação.
4. instalar um Comitê Gestor com atribuições de acompanhar, em suas dimensões pedagógica, acadêmica e orçamentária, a execução da proposta REUNI/ UFCG.

4. Etapas:

Até 2010, capacitar docentes e técnicos para a administração dos novos meios, das novas instalações e da legislação conseqüente à aprovação desta proposta.

Após esse período, além da capacitação a partir de demanda localizada, devem ser verificadas as possibilidades de alteração nos vários modelos de formação adotados - disciplinas, cursos e programas - sem prejuízo do tempo e das atividades de formação até aí alcançadas pelos alunos.

5. Indicadores:

Além da contribuição que as atividades de transição poderão trazer para o melhor desempenho da Instituição, deve ser observado, nesta dimensão, com avaliação a ser feita por cada curso, o grau de envolvimento e de interação entre docentes, discentes, cursos e programas.

A interação efetiva indicará a assimilação das mudanças em implantação.

B.6 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto

1. Especificar a proposta:

A questão não se aplica à Instituição.

2. Diagnóstico da situação atual:

A questão não se aplica à Instituição.

3. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

A questão não se aplica à Instituição.

4. Estratégias para alcançar a meta:

A questão não se aplica à Instituição.

5. Etapas:

A questão não se aplica à Instituição.

6. Indicadores:

A questão não se aplica à Instituição.

C. Renovação Pedagógica da Educação Superior

C.1 Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica

1. Diagnóstico da situação atual:

A UFCG, na sua expansão, tem investido na oferta de cursos de licenciatura, objetivando atender a

demanda de regiões que carecem da preparação de profissionais para o exercício na educação das últimas séries do Ensino Fundamental e em todas as séries do Ensino Médio. Tal incentivo busca atender a uma forte demanda regional, bem como à melhoria da qualidade do ensino no Estado da Paraíba. São ofertados, nos campi da UFCG, os cursos de Licenciatura em Letras, em Matemática, em Ciências, em Geografia, em História, em Pedagogia, em Física, em Química, em Biologia e em Ciências Biológicas.

Além dos cursos de licenciatura, a UFCG oferta também cursos nas áreas de tecnologia e de saúde, dispondo, inclusive, de uma Escola Técnica de Saúde, situada no Campus de Cajazeiras. Todos estes cursos desenvolvem ações de extensão e de capacitação voltadas ora para professores e alunos da educação básica ora para a formação tecnológica profissional.

A UFCG mantém, ainda, além dos cursos de extensão, na maioria dos seus campi, o Programa Pré-Vestibular Solidário com o objetivo de preparar alunos da escola pública para o vestibular.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Ampliar o Programa Pré-Vestibular Solidário, até 2010, para todos os campi da Instituição;
2. implantar, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o Projeto Praça de Engenharia com o objetivo de desenvolver atividades comuns, na área de ciências, entre professores e alunos da universidade e das escolas públicas;
3. criar um colégio de aplicação, para campo de estágio das licenciaturas, ampliando, desta forma, a articulação da educação superior com a educação básica.

3. Estratégias para alcançar a meta:

1. Compatibilizar conteúdos do ensino médio com os do ensino superior, nos cursos onde essa ação for necessária, a partir de 2008, em discussão a ser estabelecida com professores das escolas públicas;
2. ampliar o Programa Pré-Vestibular Solidário, até 2010, para todos os campi da instituição;
3. implantar, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o Projeto Praça de Engenharia com o objetivo de desenvolver atividades comuns, na área de ciências, entre professores e alunos da universidade e das escolas públicas;
4. criar um colégio de aplicação, para campo de estágio das licenciaturas, ampliando, desta forma, a articulação da educação superior com a educação básica;
5. implementar programas voltados para a capacitação de professores do ensino fundamental e médio;
6. realizar oficinas e práticas de laboratório envolvendo alunos do ensino fundamental e médio;

7. criar um programa de iniciação científica desenvolvido pelos discentes, envolvendo alunos do ensino fundamental e médio;
8. realizar estágios curriculares supervisionados em escolas públicas do ensino fundamental e médio;
9. envolver mais professores e mais unidades acadêmicas no Programa Pré-vestibular Solidário para possibilitar mais oportunidade de acesso ao ensino superior para os de alunos do ensino médio das escolas públicas;
10. expandir projetos existentes e desenvolver novos projetos voltados para as empresas regionais por meio da criação de Empresas Júnior e ou de incubadoras por meio de convênio com o ensino técnico e profissional para atuação em atividades relacionadas à assessoria empresarial compatíveis com o perfil profissional concebido por nossos cursos.

4. Etapas:

Cada programa voltado para a interação com o ensino médio tem prazos diferenciados de acordo com sua natureza: o Pré-vestibular Solidário deverá ser ampliado já em 2008; a Praça de Engenharia tem um cronograma de implantação e de trabalho próprio e de acordo com a Secretaria de Educação do Estado.

Ao longo dos próximos 02 anos, deverão ser consolidadas as ações que visam ao amadurecimento da discussão pedagógica, entre escolas do ensino médio e esta Universidade, sobre método e conteúdos.

5. Indicadores:

Os principais indicadores para mensurar a articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica são os números de ações (cursos, programas de extensão, pesquisas, etc.) desenvolvidas em parceria com escolas da rede pública de ensino e o número de ingressos de alunos advindos desta rede.

C.2 Atualização de metodologia (e tecnologias) de ensino-aprendizagem

1. Diagnóstico da situação atual:

A UFCG tem destinado grande parte dos seus recursos para a melhoria das suas instalações físicas, seja com a construção de novas salas de aula, seja com a reforma e a reestruturação de espaços já existentes.

Recentemente, foram construídas 49 salas de aulas, todas climatizadas e equipadas com recursos tecnológicos como projetor de vídeo, televisão e outros equipamentos de multimeios, para propiciar aos

docentes o uso de novas metodologias por meio das inovações tecnológicas cada vez mais presentes no cotidiano acadêmico.

Em alguns cursos, como Direito e Medicina, são utilizadas, satisfatoriamente, inovações na prática pedagógica que apontam para melhoria destes cursos.

No momento, a avaliação dos cursos oferecidos por meio de convênio, entre esta Universidade e diversas prefeituras, poderá indicar importantes contribuições metodológicas, sobretudo para os cursos noturnos.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Capacitar os docentes da Instituição para a atualização metodológica, em seu suporte conceitual e em sua dimensão operacional, de modo a alcançar, em 04 anos, um padrão de amadurecimento que leve à revisão crítica sempre que necessária;
2. integrar, à capacitação acima prevista, em igual período, os servidores técnico-administrativos envolvidos com as atividades pedagógicas;
3. constituir, sob a coordenação das Unidades Acadêmicas de Educação, um Grupo de Ação Pedagógica com a atribuição de avaliar a prática docente e discente, durante a execução da presente proposta, propondo revisão metodológica quando necessária.

3. Estratégias para alcançar a meta:

Para a atualização metodológica adequada ao implemento desta proposta e, portanto, à renovação das práticas docentes e discentes na UFCG, serão adotadas as seguintes iniciativas:

1. utilização de tecnologias de educação a distância, nos limites previstos pela legislação, com implantação gradual a partir de 2009;
2. melhor aproveitamento do estágio-docência da pós-graduação;
3. realização de Oficinas Permanentes de Metodologia de Ensino a serem oferecidas aos docentes da UFCG pelas Unidades Acadêmicas de Educação;
4. aumento dos recursos para participação de docentes, discentes e técnico-administrativos em eventos acadêmicos e científicos;
5. editoração de material didático de características multimídia (material de referência para cada disciplina);
6. uniformização de processos didáticos e pedagógicos, oferecendo maior acesso ao corpo discente por meio de mídias físicas e mídias eletrônicas, uso dos sites e portais da UFCG como elemento de apoio e estímulo à aprendizagem, com o uso de tecnologias de ensino a distância;
7. ampliação das atividades de caráter prático-experimental, a partir da revisão dos PPCs, de modo que as atividades teórico-práticas tenham mais espaço apesar de custos mais elevados;

8. ampliação e integração da rede de laboratórios para dar suporte à necessidade urgente apresentada na prática de princípios tecnológicos para as disciplinas do ciclo profissional nos cursos de engenharia;
9. adequação e construção de salas de aula e auditórios, uma vez que os processos de ensino necessários aos vários cursos oferecidos são, por si só e pelas características de disciplinas específicas, díspares e diferenciados;
10. utilização da modalidade semi-presencial, nos cursos existentes e nos cursos a serem criados, entendendo-se essa modalidade como quaisquer atividades didáticas ou unidades de ensino centradas na auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação, e com utilização de tecnologia de comunicação remota;
11. atendimento aos alunos de forma personalizada, com a participação dos monitores e tutores que irão minimizar as dificuldades que surjam em quaisquer das modalidades de ensino-aprendizagem que as disciplinas venham a adotar;
12. instituição de uma Coordenação de Ensino a Distância, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, para dar suporte conceitual e logístico às ações das unidades nessa modalidade de ensino;
13. elaboração de uma Agenda Cultural, como atividade transversal e com atribuição de crédito por participação, sob a responsabilidade de uma Coordenação de Extensão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão, assim configurada:
 - a) artista que é bom conhecer;
 - b) espetáculo a que se deve assistir;
 - c) filme que se deseja (re)ver;
 - d) livro ou texto que é importante ler;
 - e) experiência que é necessário compartilhar.
14. Constituição, sob a coordenação das Unidades Acadêmicas de Educação, de um Grupo de Ação Pedagógica com a atribuição de avaliar a prática docente e discente durante a execução da presente proposta.

4. Etapas:

Primeiramente, haverá o planejamento das atividades de formação pedagógica envolvendo docentes e técnicos. Esse planejamento será acompanhado pelo Comitê Gestor.

Em seguida, deve-se promover o treinamento dos que atuam em atividades administrativas que interagem, diretamente, com as ações de formação acadêmica. Essa ação será coordenada pela Secretaria de Recursos Humanos.

5. Indicadores:

Os indicadores para medir o acompanhamento da atualização de metodologia e tecnologias

de ensino-aprendizagem serão os números de eventos e cursos voltados para a capacitação docente e os números de docentes e servidores técnico-administrativos envolvidos nestes eventos e cursos.

C.3 Prever programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo

1. Diagnóstico da situação atual:

No momento, a UFCG não dispõe de nenhum programa de capacitação pedagógica específica. Eventualmente, algumas unidades acadêmicas promovem palestras para os seus docentes como forma de incentivar a adoção de novas metodologias de ensino e de sensibilizar o corpo docente para a necessidade do uso de ferramentas tecnológicas capazes de motivar o alunado.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Capacitar todos os docentes para as inovações metodológicas e técnicas resultantes da adesão ao presente programa;
2. capacitar os servidores técnicos e administrativos para a convivência com os novos modelos pedagógicos e metodológicos a serem adotados para implementação da proposta aqui formulada;
3. adquirir equipamentos tecnológicos adequados às novas metodologias pedagógicas propostas por esta Instituição.

3. Estratégias para alcançar a meta:

1. Criação de programa de formação continuada em novas tecnologias e metodologias de ensino com o oferecimento de bolsas aos docentes;
2. inclusão dos servidores técnico-administrativos em programas de capacitação para o melhor desempenho das tarefas administrativas que dão suporte direto às atividades pedagógicas;
3. reforço do programa institucional de capacitação docente com a criação ou ampliação do número de bolsas para o mestrado e o doutorado;
4. criação de mecanismos locais de apoio à qualificação docente e dos técnico-administrativos;
5. troca, mediante realização de concursos público, e dentro dos limites permitidos pela legislação

vigente, de professores substitutos por professores efetivos, capazes de oferecer melhor assistência aos estudantes;

6. capacitação em conteúdos de caráter didático-pedagógico para os professores calouros;
7. promoção, não apenas para os novos professores, de programas de capacitação em práticas e elementos didático/pedagógicos, principalmente para os docentes que, na sua formação técnica não tiveram oportunidade de se apropriar de tais conhecimentos;
8. constituição de um Grupo de Ação Pedagógica, sob a responsabilidade das Unidades Acadêmicas de Educação, para coordenar as ações dos programas de capacitação docente.

4. Etapas:

Em 2008 e 2009, haverá a orientação para os programas de capacitação para uma avaliação precisa dos pontos frágeis dos modelos e das ações atualmente desenvolvidas.

A partir daí, a Instituição irá focar a melhor compreensão das alterações que integram as propostas atuais visando ao seu melhor aproveitamento em situação real de estudo e de ensino.

5. Indicadores:

Serão acompanhados, neste item, dois tipos de indicadores:

1. a melhoria do desempenho institucional em avaliações externas;
2. a curva crescente dos dados institucionais em direção às metas do REUNI.

C.4 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto

1. Especificar a proposta :

A questão não se aplica à Instituição.

2. Diagnóstico da situação atual:

A questão não se aplica à Instituição.

3. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

A questão não se aplica à Instituição.

4. Estratégias para alcançar a meta:

A questão não se aplica à Instituição.

5. Etapas:

A questão não se aplica à Instituição.

6. Indicadores:

A questão não se aplica à Instituição.

D. Mobilidade Intra e Inter-Institucional

D.1 Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas de educação superior

1. Diagnóstico da situação atual:

A UFCG busca contribuir para a formação e o aperfeiçoamento do discente ao oportunizar, aos estudantes, o ingresso em programas de intercâmbio, os quais possibilitam a aquisição de novas perspectivas de aprendizagem e novas metodologias de trabalho por meio da interação com outras culturas. Entende-se que, ao fomentar uma política de intercâmbio, a Instituição proporciona ao discente uma visão mais abrangente das diferentes realidades do Brasil ou de outros países, possibilitando a troca de experiências acadêmicas, o enriquecimento cultural e científico e a integração com outras Instituições de Ensino Superior nos âmbitos nacional e internacional.

A UFCG dispõe dos seguintes programas de mobilidade acadêmica: Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil, Programa de Intercâmbio Nacional e Internacional – PIANI, Programa de Cooperação Franco-Brasileira para Formação de Engenheiros – BRAFITEC/CAPEF, e o Programa de Estudantes Convênio de Graduação – PEGG. O Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil possibilita ao aluno matriculado em um dos cursos de graduação da UFCG estudar em outra Instituição de Ensino Superior no Brasil, assim como receber alunos vinculados às demais IES do país, por um período de 06 meses a 01 ano, sem perder o vínculo com a Instituição de origem.

A Mobilidade Acadêmica envolve a existência de condições apropriadas que contribuem com a formação e o aperfeiçoamento dos discentes, objetivando a aquisição de novas experiências. Entre essas condições, destacamos:

1. ter integralizado, na Instituição, todas as disciplinas previstas para o primeiro ano ou para os dois primeiros semestres letivos do curso;
2. ter, no máximo, uma reprovação por período letivo;
3. ser aluno regularmente matriculado em curso idêntico;
4. atender aos demais requisitos exigidos pela Instituição receptora.

Ao longo dos últimos cinco anos, os alunos da UFCG têm participado do Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil por meio da realização de intercâmbio com outras Instituições de Ensino Superior como, por exemplo, a Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, a Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, a Universidade Federal do Maranhão –

UFMA, a Universidade Federal da Bahia – UFBA e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O Programa de Intercâmbio Nacional e Internacional – PIANI tem por objetivo facilitar e estimular o processo de intercâmbio acadêmico nacional e internacional entre alunos de graduação da UFCG e Universidades estrangeiras. Nesse programa, os alunos de graduação selecionados podem realizar parte de sua formação acadêmica (1 a 2 períodos letivos) no exterior. A UFCG já mantém convênio com universidades da Inglaterra, França, Estados Unidos, Portugal, Japão, Canadá, Espanha e Alemanha. Por meio destes convênios, é viabilizado o envio de estudantes a esses países como também a recepção de estudantes provenientes dos mesmos. Para a realização do PIANI, não é oferecido nenhum auxílio financeiro. Desse modo, as despesas com a participação neste programa ocorrem às expensas do aluno.

Em função dos altos custos para a realização dessa modalidade de intercâmbio, embora haja interesse por parte dos alunos, grande parte deles não dispõe de recursos para tal. Ainda assim, a UFCG tem encaminhado para o Programa PIANI, entre outros, alunos dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Ciências da Computação, Administração e Letras.

O Programa de Cooperação Franco-Brasileira para Formação de Engenheiros (Brasil/França Ingénieur Technologie) é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação do Brasil e da Conferência dos Diretores de Escolas Francesas de Engenheiros – CDEFI, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores – MAE e do Ministério da Educação Nacional do Ensino Superior e da Pesquisa – MENESR da França, para apoiar parcerias institucionais na área de engenharia, estimulando o intercâmbio de estudantes de graduação.

Este programa financia a mobilidade docente e o intercâmbio de alunos de graduação em engenharia de Instituições de Ensino Superior tanto no Brasil quanto na França, possibilitando, sobretudo aos alunos dos cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Ciências da Computação, o contato com uma nova cultura e o aperfeiçoamento de outro idioma. Além disso, a realização do intercâmbio tem proporcionado aos alunos participantes uma elevação do seu potencial acadêmico, o que tem possibilitado maiores condições para o ingresso em cursos de pós-graduação.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação é uma atividade de cooperação, cujo objetivo é a formação de recursos humanos, a fim de possibilitar aos cidadãos de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais, a realização de estudos universitários, em nível de graduação.

Ao compartilhar do objetivo do programa, a UFCG tem ofertado vagas e recebido alunos para o ingresso nos mais diversos cursos como, por exemplo, Medicina, Ciências Econômicas, Direito, Meteorologia, Engenharia Agrícola e Ciências Sociais. Estes alunos são oriundos de países como Guiné-bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Vale ressaltar que, para o ingresso nos programas de intercâmbio, é necessário que sejam atendidas as normas regimentais dos Programas e as condições estatutárias da UFCG.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ampliar a celebração de convênios com outras Instituições de Ensino Superior para que os alunos possam cursar disciplinas e ou participar de programas e estágios desenvolvidos em outras cidades, estados e ou países; 2. criar oportunidades para a recepção de alunos de outras Instituições de Ensino Superior conveniadas proporcionando sua participação regular em disciplinas, cursos e programas.
3. Estratégias para alcançar a meta:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Celebrar convênios com outras Instituições de Ensino Superior objetivando o intercâmbio e o aproveitamento de estudos em disciplinas, estágios e programas; 2. instituir um programa de estímulo à mobilidade, por meio da Coordenação de Estágios e Programas da Pró-Reitoria de Ensino, com a participação prioritária de alunos incluídos nos programas institucionais acadêmicos ou de assistência estudantil; 3. criar mais oportunidades para que estudantes e docentes de outras Instituições de Ensino Superior participem de atividades acadêmicas nesta universidade.
4. Etapas:
<ol style="list-style-type: none"> 1. rever a legislação geral de aproveitamento de créditos e de estudo (2008); 2. dimensionar os recursos necessários a um programa de apoio à mobilidade (2008); 3. atualizar os termos dos convênios que a UFCG mantém (2009).
5. Indicadores:
<p>Serão utilizados como indicadores para o acompanhamento da mobilidade estudantil o número de estudantes beneficiados por ano com o Processo de Reopção (transferência Interna) e com o Processo de Transferência Voluntária (transferência interinstitucional); o número de estudantes que participam de programas de intercâmbios, nacional e internacional, em cada curso; o número de estudantes de outras instituições recebidos em programas de intercâmbio e mobilidade; além do número de regulamentações e procedimentos implementados para reconhecimento de créditos.</p>
D.2 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto
1. Especificar a proposta:
A questão não se aplica à Instituição.
2. Diagnóstico da situação atual:

A questão não se aplica à Instituição.
3. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:
A questão não se aplica à Instituição.
4. Estratégias para alcançar a meta:
A questão não se aplica à Instituição.
5. Etapas:
A questão não se aplica à Instituição.
6. Indicadores:
A questão não se aplica à Instituição.
E. Compromisso Social da Instituição
E.1 Políticas de inclusão
1. Diagnóstico da situação atual:
<p>A UFCG mantém programas em curso de reorganização dos espaços físicos e de adequação das instalações necessárias ao acolhimento de portadores de necessidades especiais.</p> <p>Mantém um programa de Pré-Vestibular Solidário e uma Unidade de Educação Infantil com cota para filhos de estudantes.</p> <p>Não dispõe de outras formas específicas de inclusão como, por exemplo, cotas de ingresso, embora os dados da maioria dos cursos indiquem um percentual acima de 40% de estudantes advindos da escola pública.</p>
2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Rever o acesso ao ensino superior na Instituição, a partir de 2008, para ampliar as oportunidades de ingresso aos estudantes advindos da população de baixa renda; 2. proporcionar, gradualmente, condições de infra-estrutura que facilitem a permanência dos alunos durante o seu curso; 3. adotar políticas e ações que atendam a demandas de portadores de necessidades especiais.
3. Estratégias para alcançar a meta :
<ol style="list-style-type: none"> 1. Redefinir as formas de acesso à Instituição, considerando a renda familiar e a realização de estudos na rede pública;

2. considerar o desempenho no ENEM como forma de acesso, a depender da realidade de cada curso;
3. construir vias e rampas e adquirir equipamentos de acesso às salas de aula e aos laboratórios para os portadores de necessidades especiais;
4. contratar professores de Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS;
5. instalar laboratórios com equipamentos para deficientes visuais e auditivos.

4. Etapas:

1. Eliminar todas as dificuldades das instalações e dos equipamentos utilizados por alunos, docentes e técnicos portadores de necessidades essenciais, até ao final do REUNI;
2. ampliar o acesso pela via de cotas sociais, a partir de 2009.

5. Indicadores:

Os indicadores para avaliar as políticas de inclusão serão o número de ingressantes por meio de cotas; o número de alunos isentos de taxa de inscrição no processo vestibular; o número de alunos beneficiados com o Restaurante Universitário, com a Residência Universitária e com a Bolsa Permanência. Serão utilizados ainda como indicadores para mensurar esse item a taxa de conclusão de alunos oriundos de escolas da rede pública de ensino, o número total de atividades de extensão relacionadas à inclusão e o número de benfeitorias realizadas na infra-estrutura da Instituição para assegurar acesso aos portadores de necessidades especiais.

E.2 Programas de assistência estudantil

1. Diagnóstico da situação atual:

A UFCG mantém programas de assistência direta ao estudante, por meio da oferta de residência e restaurante universitário, creche, atendimento à saúde e desporto, com a compreensão de que a permanência no ensino superior, sem a existência de programas de apoio estudantil, é impossível para muitos alunos pobres que conseguem chegar à Universidade. Os programas mantidos pela Instituição, no entanto, não conseguem atender à demanda, principalmente, por restaurante e por residência.

Na tentativa de minimização da carência estatisticamente constatada, a partir da observação de uma série histórica demonstrando a situação social e econômica dos que ingressam na UFCG, a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários desenvolve programas que garantem, a parte de seus alunos carentes, o acesso aos equipamentos mencionados segundo os números que seguem:

1. 14 residências distribuídas em 04 campi, sendo 02 próprias e 12 alugadas, atendendo a 370 alunos;
2. 04 restaurantes universitários, situados nos campi de Campina Grande, Patos Sousa e Cajazeiras, servindo um total de 1.200 refeições diárias inteiramente gratuitas.
3. 70 bolsas-permanência no campus de Cuité.

No momento, portanto, a UFCG proporciona assistência direta – oferta de restaurante e de residência, excluindo dessa assistência às bolsas dos programas acadêmicos – a menos de 5% dos seus alunos em moradia e a menos de 10% em restaurante.

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Ampliar para 5%, ao fim do REUNI, as vagas de residência universitária, totalizando um número aproximado de 1.000 residentes;
2. ampliar para 15%, ao fim do REUNI, o número de comensais nos restaurantes universitários, totalizando um número estimado de 3.000 refeições por dia;
3. destinar, até 2012, 2.000 bolsas de assistência estudantil.

3. Estratégias para alcançar a meta:

A assistência estudantil, considerando a projeção de matrículas desta proposta, deverá efetivar, pelo menos, as ações expressas abaixo:

1. Destinar recursos orçamentários para investimento na ampliação dos restaurantes;
2. criar de 2.000 bolsas de assistência estudantil.
3. construir, com recursos do Fundo de Assistência Estudantil, a ser instituído pelo MEC, residências no interior dos campi da UFCG;
4. ampliar os setores médico e odontológico, estabelecendo um sistema de plantão diário, de modo que se possam aproveitar os recursos humanos existentes, otimizando a atuação dos profissionais do setor;
5. criar um Núcleo de Assistência Social ao Discente, buscando propiciar as informações e os encaminhamentos necessários ao atendimento das demandas estudantis.

4. Etapas:

1. Aumento gradual das bolsas de assistência estudantil, de acordo com a planilha de custeio integrante desta proposta;
2. duplicação, em relação aos dados atuais, do número de comensais nos restaurantes

universitários da Instituição até 2010.

3. construção de residências universitárias, em todos os campi da UFCG, de modo a alcançar o percentual mínimo de 1.000 residentes ao fim do programa.

5. Indicadores:

Os indicadores utilizados para medir a eficácia das políticas de inclusão serão o número de alunos isentos de taxa de inscrição no processo vestibular, o número de alunos beneficiados com o Restaurante Universitário, com a Residência Universitária e com a Bolsa Permanência. Serão utilizados ainda como indicadores para mensurar esse item a taxa de conclusão de alunos oriundos de escolas da rede pública de ensino.

E.3 Políticas de extensão universitária

1. Diagnóstico da situação atual:

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão desenvolve a extensão universitária da UFCG, com base no Plano Nacional de Extensão – PNE, buscando construir um saber e um conhecimento que priorize as demandas sociais, a convivência com o semi-árido e o desenvolvimento sustentável das comunidades com as quais tem construído parcerias e desenvolvido ações. Os princípios que regem a Extensão Universitária na UFCG são:

1. o desenvolvimento de projetos capazes de dar respostas às demandas sócio-culturais, prioritariamente, dos municípios que abrigam os campi da UFCG;
2. o estímulo à elaboração de projetos integrados em grandes programas institucionais, que privilegiem grupos e populações socialmente relevantes, diversificando fontes de financiamento;
3. a qualificação acadêmica e cidadã.

Das ações desenvolvidas pela UFCG, destacam-se os seguintes programas de extensão:

1. PROBEX – Programa de Bolsas de Extensão, objetivando apoiar a participação de alunos de graduação, nas atividades de extensão da UFCG, com a concessão de 90 bolsas por ano;
2. PIBIAC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artístico-Cultural, visando a apoiar a iniciação de estudantes de graduação em atividades artístico-culturais, objetivando a familiarização com o processo de produção e disseminação do conhecimento e do fazer artístico;
3. PROPEX – Projetos e programas de extensão desenvolvidos por docentes, servidores técnicos e alunos, sob a responsabilidade das unidades acadêmicas, nos quais se inclui o Pré-Vestibular Solidário – programa destinado à preparação de alunos oriundos da escola pública que desejam participar dos processos seletivos de ingresso em universidades públicas. Este programa

funciona nos campi de Campina grande, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Os programas acima são diretamente executados pela Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão. Além destes, esta pró-reitoria estimula a demanda, assessora a elaboração e o encaminhamento, e acompanha a execução de todos os projetos de extensão das unidades acadêmicas da Instituição conforme resumo demonstrativo abaixo:

1. PROBEX – Ano de 2007: 72 projetos com 72 bolsistas;
2. PROPEX – ano de 2007: 08 projetos com 18 bolsistas;
3. PIBIAC – Vigência 2007/2008: 20 projetos com 20 bolsistas.

Total: 100 projetos com 110 bolsistas

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

1. Aumentar em 100%, até 2010, o número de bolsas dos programas acima;
2. ampliar em 100%, até 2012, a oferta de vagas no Pré-vestibular Solidário;
3. integrar os projetos de extensão às demais atividades de formação acadêmica da graduação;
4. articular as ações voltadas para o ensino médio, por meio da discussão de conteúdos e de estratégias afins, com os conteúdos e metodologias do ensino de graduação;
5. dimensionar, de acordo com a natureza de cada curso, a participação das atividades de extensão no total de créditos a serem cumpridos pelos alunos.

3. Estratégias para alcançar a meta:

As estratégias adotadas, e enumeradas a seguir, foram concebidas em conformidade com o compromisso social que caracteriza a extensão universitária nesta instituição:

1. ampliar o intercâmbio com setores da sociedade civil organizada e com outras instituições públicas, privadas e não governamentais, a fim de desenvolver ações que fortaleçam a convivência com o semi-árido por meio de iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável;
2. associar plenamente a extensão ao ensino e à pesquisa e integrar o conteúdo acadêmico nas ações de extensão em prol da melhoria da qualidade da formação acadêmica do aluno em contato com as experiências da população;
3. propor modelo de flexibilização curricular que crie mecanismos de articulação da extensão com o ensino e fixe atribuição de crédito para as atividades de extensão do aluno;
4. vincular os projetos de extensão à elaboração de plano de trabalho das unidades acadêmicas, incentivando a uniformidade de concepção da extensão oferecida pela Instituição;

5. realizar, sistematicamente, o Encontro de Extensão da UFCG e a Mostra Universitária de Ciência, Cultura e Artes para troca de experiências e divulgação das ações extensionistas;
6. consolidar a interação entre conceitos, instrumentos, metodologias e avaliação das ações de extensão;
7. buscar uma consistência teórico-metodológica e operacional das ações de extensão, usando o conhecimento como fator de identificação e não de dominação;
8. implementar parcerias com órgãos regionais (estaduais e municipais) a fim de desenvolver ações integradas em grandes programas que privilegiem populações socialmente relevantes e fortaleçam a convivência com o semi-árido e contribua para promover o desenvolvimento sustentável;
9. revisar, periodicamente, as normas institucionais definidoras das Atividades de Extensão no âmbito da UFCG;
10. implantar o Banco de Dados Institucional de Extensão;
11. atualizar, periodicamente, o Sistema Nacional de Informação da Extensão – SIEXBRASIL;
12. realizar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação sistemática das ações de extensão, garantindo a ampliação do conhecimento e a concretização de atividades acadêmicas relevantes para a Instituição, para a sociedade e para a formação cidadã dos graduandos;
13. constituir um foro de discussão pedagógica envolvendo o Pré-vestibular Solidário, a Pró-Reitoria de Ensino e representantes das escolas públicas com alunos naquele programa;
14. instituir o estágio social como experiência de estudo e de extensão a ser desenvolvido em comunidades (escolas, associações, cooperativas, sindicatos e ou outras formas de organização social).

4. Etapas:

As atividades e os programas de extensão serão ampliados, de 2009 a 2012, de acordo com a ampliação do ingresso e com a criação de novos cursos.

O cronograma de cada ação e ou de cada programa deverá estar em sintonia com as metas fixadas para cada ano.

5. Indicadores:

Os indicadores para mensurar as políticas de extensão universitária serão os números de cursos e programas de extensão ofertados pela Instituição e o número de alunos envolvidos nestes cursos e programas.

E.4 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto

1. Diagnóstico da situação atual:

A questão não se aplica à Instituição.
2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:
A questão não se aplica à Instituição.
3. Estratégias para alcançar a meta:
A questão não se aplica à Instituição.
4. Etapas:
A questão não se aplica à Instituição.
5. Indicadores:
A questão não se aplica à Instituição.
F. Suporte da pós graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação
F.1 Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão-quantitativa da pós graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior
1. Diagnóstico da situação atual:
<p>Uma análise do crescimento da pós-graduação na UFCG permite um diagnóstico tanto sob o aspecto do crescimento quali-quantitativo como sob o aspecto da superposição dos objetivos dos dois níveis da pós-graduação.</p> <p>O crescimento quali-quantitativo do sistema como um todo tem sua institucionalização a partir de 1970, quando foram implantados os primeiros cursos de pós-graduação strito-sensu, existindo atualmente 09 cursos de doutorados e 16 de mestrados em diversas áreas de conhecimento, não se observando, no entanto, uma relação direta entre a evolução dos cursos de pós-graduação e dos cursos de graduação.</p> <p>O segundo aspecto, à semelhança do Sistema Nacional de Pós-Graduação, reflete uma superposição dos objetivos privilegiados nos níveis de mestrado e doutorado. O mestrado, concebido com a finalidade de formar docentes para garantir o funcionamento dos cursos de graduação, passa a privilegiar, também, o incremento e a manutenção das publicações científicas, atendendo à exigência da produtividade acadêmica como única capaz de formar e se manter no sistema em conformidade com os critérios de avaliação vigentes, o que faz o mestrado se situar muito próximo do perfil de formação de doutorado.</p> <p>Conseqüentemente, a formação de mestre afasta-se de uma formação didático-pedagógica, sendo centralizada na produção científica. Dessa forma, o sistema de pós-graduação não parece acompanhar, no seu conjunto, a melhoria da qualidade da formação de mestrando e doutorandos para atuarem em cursos de graduação.</p>

2. Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução:

Para que a pós-graduação possa contribuir com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, devem ser perseguidas as metas a seguir explicitadas:

1. orientação dos objetivos do processo de articulação institucional, considerando:
 - a) as três prioridades da atuação universitária: ensino, pesquisa e extensão;
 - b) as grandes áreas de conhecimento: Ciências Humanas, Exatas e Engenharias, Ciência da Vida;
 - c) a atuação articulada dos Centros, Unidades e Coordenações de Cursos;
 - d) o esforço conjunto das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação e de Pesquisa e Extensão;
2. atenção especial ao professor que atua em graduação e em pós-graduação, pois é ele que assiste ao maior número de alunos e que assegura o acesso ao conhecimento produzido pelos grupos de pesquisa da pós-graduação para os cursos de graduação, propiciando, assim, a integração das atividades de ensino, pesquisa e de extensão;
3. reorganização da estrutura curricular dos cursos de pós-graduação, para que a docência seja repensada como eixo formativo, incluindo disciplinas de cunho didático-pedagógico, e concebendo o Estágio Docência como espaço para pensar o ensino na graduação;
4. capacitação docente que oportunize o acesso privilegiado de professores da própria Instituição a partir de um programa de incentivo financeiro a programas de pós-graduação;
5. criação de um Programa de Atualização Pedagógica, de forma integrada entre os programas de pós-graduação, com vistas à melhoria da formação continuada dos docentes da Instituição que atuam nos dois níveis de ensino;
6. revisão da legislação que regulamenta o estágio docência a partir das experiências institucionais;
7. criação de disciplinas de cunho didático-pedagógico nos cursos de mestrado para direcionar a formação para a docência;
8. criação da Coordenação de Apoio Didático-Pedagógico na Pró-Reitoria de Pós-Graduação;
9. reserva de um percentual de 20% de vagas ofertadas, periodicamente, para seleção pública, de forma a favorecer a formação de docentes da Instituição em seus programas de pós-graduação, visando à melhoria no trabalho docente dos cursos de graduação;
10. criação de Bolsas de Iniciação a Docência, com processo inicial de identificação dos programas que farão parte de um primeiro grupo de adesão, mediante o número potencial de mestrandos e doutorandos habilitados a assumir a sala de aula de graduação, sem prejuízo do desenvolvimento do curso, e com amplo processo de discussões para regulamentação do funcionamento e distribuição de bolsas;

11. processo de avaliação específico do estágio docência, a ser desenvolvido como as normas da Capes e da Instituição;
12. implantação de mudanças necessárias, buscando introduzir a docência assistida como forma de qualificar os mestrandos e doutorando para o trabalho docente;
13. promoção de um amplo processo de discussões sobre a natureza da pós-graduação e a formação de docentes para o ensino superior, visando incluir, nos projetos curriculares, disciplinas e atividades que preparem o pós-graduando para a docência;
14. programar a introdução de uma disciplina de caráter didático-pedagógico obrigatória para o mestrado e opcional para o doutorado;
15. participação de auxiliares de pesquisa, com atribuição de crédito, selecionados entre alunos de graduação, na proporção de 3 e 5 alunos, respectivamente, para cada projeto de mestrado e de doutorado.

3. Estratégias para alcançar a meta:

1. Dedicar 30% da carga horária da pós-graduação ao ensino de graduação;
2. promover a atuação concomitante dos docentes na graduação e na pós-graduação;
3. programar a capacitação docente, a cada ano, com a demanda oferecida pelas unidades acadêmicas.

4. Etapas:

Com caráter programático permanente, as ações da pós-graduação devem se voltar, a partir de 2008, para uma interação quantitativa e qualitativa com o ensino de graduação.

5. Indicadores:

1. o número de pesquisas voltadas para a busca de melhoria do ensino de graduação;
2. o número de pesquisas envolvendo alunos da graduação e da pós-graduação conjuntamente;
3. o aproveitamento dos alunos da pós-graduação nas atividades de graduação;
4. a participação e o ingresso de alunos da graduação na pós-graduação.

3. Plano geral de implementação da proposta

1. Reordenação da Gestão acadêmica da IFES:

A primeira reordenação a ser feita será o controle das taxas de evasão e de retenção por meio de arcabouço normativo que evite a existência, por mais de um período, dessas formas de desperdício das vagas oferecidas pela Instituição.

Esse mesmo arcabouço deverá regulamentar a flexibilidade curricular, a mobilidade estudantil entre cursos e ou instituições e, em consequência disso, poderá indicar as possibilidades de itinerários formativos que a mobilidade e a flexibilidade forem capazes de construir.

Esse quadro normativo exigirá a criação de coordenações e ou grupos de trabalho para atender às exigências das ações, entre outras, de educação a distância, de mobilidade, de novas metodologias.

Após o acolhimento da presente proposta, será constituído um Comitê Gestor do REUNI/UFMG, com as atribuições de acompanhar, avaliar e propor correções de rumo no tocante ao desempenho pedagógico, aos indicadores acadêmicos e à aplicação dos recursos destinados às ações aqui indicadas.

2. Formação docente para proposta:

Será constituído um Grupo de Ação Pedagógica, sob a responsabilidade das Unidades Acadêmicas de Educação, com as atribuições de capacitar o quadro docente para as renovações resultantes da presente proposta.

Esse Grupo de Ação Pedagógica fará o acompanhamento semestral do desempenho de cada curso.

3. Programação da transição entre modelos (se for o caso):

Os modelos de transição, se necessários, serão discutidos pelo Comitê Gestor, a partir da adoção dos novos marcos normativos e das propostas formuladas pelo Grupo de Ação Pedagógica, e serão indicados à Pró-Reitoria de Ensino que, oportunamente, os implementará.

Até 2010, serão avaliados os resultados da mobilidade e da flexibilidade curriculares que esta proposta for capaz de promover, quando, então, poderão ser indicados itinerários formativos diferentes dos previstos até agora.

4. Plano de contratação de pessoal docente e técnico:

Serão contratados 32 docentes em 2008, 69 em 2009 e 70 em 2010.

Serão contratados 77 servidores de nível superior a partir de 2010.

Serão contratados 72 servidores de nível intermediário a partir de 2010.

Haverá a necessidade, em 2009, de 30 FGs1 e de 30 FGs5 para suprir a criação de novas coordenações de curso e novos departamentos com seus respectivos secretários. Da mesma forma, para suprir a criação de novos centros, haverá a necessidade de 05 CDs3 e 05 CDs4. Como a expansão da Instituição implicará na ampliação de novas coordenações no âmbito da administração, haverá a necessidade de mais 10 CDs4.

5. Plano diretor de infra-estrutura física (necessariamente devem constar as características, custos e prováveis localizações dos serviços a serem realizados sejam construções , reformas e ampliações / adequações) :

Obras e instalações de uso geral que contribuem para a implementação da proposta:

1. Centro de Convenções incluindo:
 - a) anfiteatro modular com capacidade para 2.000 pessoas;
 - b) laboratório de informática com 50 postos de trabalho;
 - c) área de convivência e hall para exposições;
 - d) apoio;
 - e) livraria/revistaria;
 - f) acesso sem fio à internet, em banda larga, na área do Centro de Convenções.
2. central de aulas para o Centro de Ciências e Tecnologia, incluindo laboratórios de informática;
3. central de aulas para o Centro de Engenharia Elétrica e Informática, incluindo laboratórios de informática;
4. laboratórios para o Centro de Ciências e Tecnologia;
5. laboratórios para o Centro de Engenharia Elétrica e Informática;
6. laboratórios para o Centro de Humanidades;
7. laboratórios para o Centro de Ciências Básicas e da Saúde;
8. ambientes de professores para o Centro de Ciências e Tecnologia;
9. ambientes de professores para o Centro de Engenharia Elétrica e Informática;
10. ambientes de professores para o Centro de Humanidades.
11. ambientes de professores para o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;
12. ambientes de professores para o Centro de Formação de Professores;
13. reforma e reaparelhamento de salas de aula de uso comum, com adequação da rede lógica, instalação de climatizadores, instalação de projetores multimídia, adequação no tocante à segurança;
14. adequação dos edifícios no tocante à acessibilidade;
15. implantação de rede de coleta de esgotamento sanitário abrangendo todas as edificações dos campi;
16. adequação e construção de vias de acesso e estacionamentos para atendimento à nova demanda;
17. construção de 5 áreas de vivência – uma em cada setor do Campus da Campina Grande;

18. instalação de central de monitoramento 24 x 7 da segurança nos campi por via de câmeras eletrônicas.

4. Cronograma geral de implementação e execução

1. Descreva o cronograma de implementação:

Detalhado na planilha Reuni anexa ao item 9 deste formulário.

5. Orçamento parcial e global

1. Orçamento parcial e global: Plano de trabalho detalhado de todas as etapas (investimento, manutenção e pessoal):

As tabelas abaixo descrevem:

1. detalhamento do investimento distribuído para as Unidades da Instituição:

	2008	2009	2010	2011	2012	Acumulado
UFCG	5.620.008,90	10.388.000,00	10.856.000,00	10.992.000,00	0,00	37.856.008,90
Campus de Campina Grande	3.950.047,62	7.301.250,84	7.630.186,67	7.725.774,86	0,00	26.607.259,98
Edificações	1.975.023,81	3.650.625,42	3.815.093,33	3.862.887,43	0,00	
Infra-estrutura	395.004,76	730.125,08	763.018,67	772.577,49	0,00	
Equipamentos	1.580.019,05	2.920.500,33	3.052.074,67	3.090.309,94	0,00	26.607.259,98
Demais Campi	1.669.961,28	3.086.749,16	3.225.813,33	3.266.225,14	0,00	11.248.748,92
Campus de Sousa	543.791,84	1.005.142,46	1.050.426,12	1.063.585,48	0,00	
Edificações	271.895,92	502.571,23	525.213,06	531.792,74	0,00	
Infra-estrutura	54.379,18	100.514,25	105.042,61	106.358,55	0,00	
Equipamentos	217.516,73	402.056,99	420.170,45	425.434,19	0,00	3.662.945,90
Campus de Cuité	173.320,35	320.364,58	334.797,64	338.991,86	0,00	
Edificações	86.660,17	160.182,29	167.398,82	169.495,93	0,00	
Infra-estrutura	17.332,03	32.036,46	33.479,76	33.899,19	0,00	
Equipamentos	69.328,14	128.145,83	133.919,05	135.596,74	0,00	1.167.474,42
Campus de Patos	723.159,53	1.336.684,93	1.396.905,24	1.414.405,16	0,00	
Edificações	361.579,77	668.342,47	698.452,62	707.202,58	0,00	
Infra-estrutura	72.315,95	133.668,49	139.690,52	141.440,52	0,00	
Equipamentos	289.263,81	534.673,97	558.762,10	565.762,06	0,00	4.871.154,87

Campus de Cajazeiras	229.689,56	424.557,19	443.684,33	449.242,65	0,00	
Edificações	114.844,78	212.278,59	221.842,17	224.621,32	0,00	
Infra-estrutura	22.968,96	42.455,72	44.368,43	44.924,26	0,00	
Equipamentos	91.875,83	169.822,88	177.473,73	179.697,06	0,00	1.547.173,73

2. detalhamento do custeio para a contratação de docentes, técnicos e manutenção da Instituição:

UFCG	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Docentes	32 1.775.679,68	101 5.604.488,99	171 9.488.788,29	171 9.488.788,29	171 9.488.788,29	35.846.533,54
Técnicos de Nível Intermediário	0 0,00	10 159.056,20	25 397.640,50	62 986.148,44	72 1.145.204,64	2.688.049,78
Técnicos de Nível Superior	0 0,00	10 189.823,20	25 474.558,00	62 1.176.903,84	77 1.461.638,64	3.302.923,68
Unidades Básicas de Custeio	274.090,75	855.230,22	1.462.469,48	2.881.242,23	5.847.190,53	11.320.223,21

6. Plano de acompanhamento e avaliação da proposta

1. Plano de acompanhamento e avaliação da proposta: indicadores de progresso, ciclos anuais (acompanhamento dos indicadores relativos às metas globais do artigo I do REUNI - ponto de partida: número de ingresso anual projetado na graduação):

O acompanhamento e a avaliação serão realizados por um Comitê Gestor e pela Pró-Reitoria de Ensino que, a partir do arcabouço normativo necessário à implementação desta proposta, detalhará um plano adequado a essas ações com etapas semestrais de avaliação e de correção de estratégias, quando oportuno.

7. Plano de acompanhamento de indicadores de qualidade

1. Acompanhamento de indicadores de qualidade (avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente, avaliação das condições institucionais, considerar SINAES, índices de avaliação da CAPES, dados do INEP):

A Pró-Reitoria de Ensino, o Comitê Gestor do REUNI/UFCG e a Comissão Própria de Avaliação formularão, conjuntamente, um programa de avaliação da qualidade do ensino com etapas semestrais para correção de estratégias e de ações onde for necessário.

8. Impactos globais

1. Impactos globais (Expectativas de transformação da universidade ao final do programa):

A UFCG, ao final do REUNI, terá:

1. ocupado 1.002 vagas atualmente ociosas;
2. criado mecanismos de ocupação, em fluxo contínuo, de vagas ociosas geradas;
3. uma oferta de 4.410 vagas de ingresso, das quais 1.015 no turno noturno;
4. 81 cursos de graduação, dos quais 25 no turno noturno;
5. 21.651,47 matrículas projetadas, das quais 5.089,96 no turno noturno.

Os números que apresentamos, na súmula da presente proposta, são indicadores estatísticos inequívocos do impacto que um programa desta natureza pode representar para a UFCG e para o estado da Paraíba e região.

No entanto, o maior impacto desta proposta, do ponto de vista qualitativo, com repercussões positivas inegáveis, se desdobra em dois planos:

1. No plano da consolidação das estruturas atualmente existentes: durante as discussões sobre a etapa e expansão em curso, depois de 2005, a comunidade acadêmica desta universidade avaliou o crescimento de oportunidades de acesso ao ensino superior como necessário e oportuno, mormente quanto à interiorização da universidade, mas se ressentiu de uma lacuna patente – a expansão em curso, anterior ao REUNI, não considerou o período de, pelo menos, duas décadas da falta de investimento e de custeio significativos nas IFES, o que promoveu a precarização do sistema até ao limite das suas possibilidades. Desse modo, o REUNI, como um programa de reestruturação e de expansão, nessa ordem, oferece uma oportunidade ímpar para a administração de a UFCG poder recuperar e ampliar estruturas físicas, reequipar laboratórios de ensino, atualizar sua infra-estrutura de circulação e suas instalações básicas – hidro-sanitárias, elétricas e lógicas.
2. No plano estritamente acadêmico, a implementação das medidas formuladas nesta proposta exigirá profunda reformulação da legislação institucional – do estatuto ao regimento da universidade, passando pelas normas da rotina acadêmica – ocupação de vagas ociosas ato contínuo a sua materialização, fixação de cotas e rediscussão das formas de ingresso. Esta reformulação pode ser entendida como mero dever de casa; mas não é apenas isto: requer mudança de hábitos e de crenças pedagógicas enraizadas. Tudo isto, mais a atribuição de créditos para atividades desenvolvidas fora da sala de aula, com a criação de mecanismos de monitoramento e de avaliação da qualidade do tempo de estudo que os alunos dedicam ao seu curso, quando fora das vistas do docente; ou seja, a distribuição, com o estudo, da ênfase concedida ao ensino, pode não significar um novo modelo, mas significa reestruturação de forma séria porque propões mudanças efetivas sem desdenhar as lições que a experiência atual contém.

9. Anexos

1. Quadro síntese de indicadores acadêmicos e de orçamento:

QUADRO SÍNTESE DE INDICADORES ACADÊMICOS									
			2007 Atual	2008 1º Ano	2009 2º Ano	2010 3º Ano	2011 4º Ano	2012 5º Ano	2017
Graduação	Número de Cursos	Total	58	61	71	81	81	81	81
		Noturno	19	19	23	25	25	25	25
	Vagas Anuais	Total	2.600	2.905	3.865	4.390	4.410	4.410	4.410
		Noturno	750	730	930	1015	1015	1015	1015
	Matrícula Projetada	Total	12.997,46	14.340,77	18.903,74	21.544,97	21.651,47	21.651,47	21.651,47
		Noturno	3.757,69	3.661,43	4.644,46	5.089,96	5.089,96	5.089,96	5.089,96
	Alunos Diplomados	Total	1.123	1.240	1.592	2.110	2.493	3.193	3.642
		Noturno	320	322	413	579	609	806	856
	Relação Média Diplomados por Ingressos			0,72	0,78	0,94	1,17	1,10	1,23
Pós-Graduação	Número de Cursos	Mestrado	15	15	15	15	15	15	15
		Doutorado	9	9	9	9	9	9	9
	Matrícula Projetada	Mestrado	617	665	665	665	665	700	700
		Doutorado	348	408	460	517	517	517	549
Número de Professores-Equivalente			1.391,00	1.506,60	1.640,55	1.749,05	1.749,05	1.749,05	1.749,05
Número de professores com Equivalência DE			897,42	972,00	1.058,42	1.128,42	1.128,42	1.128,42	1.128,42
Dedução por Integração da Pós-Graduação			44,87	48,60	52,92	56,42	56,42	56,42	56,42
Corpo Docente Ajustado			852,55	923,40	1.005,50	1.072,00	1.072,00	1.072,00	1.072,00
Relação de Alunos de Graduação por Professor			15,25	15,53	18,80	20,10	20,20	20,20	20,20

QUADRO SÍNTESE DE ORÇAMENTO

Orçamento da Universidade Federal de Campina Grande		2008	2009	2010	2011	2012	Total	
Custeio	Pessoal	Professores	1.775.679,68	5.604.488,99	9.488.788,29	9.488.788,29	9.488.788,29	35.846.533,54
		Téc. N. Superior	0,00	189.823,20	474.558,00	1.176.903,84	1.461.638,64	3.302.923,68
		Téc. N. Médio	0,00	159.056,20	397.640,50	986.148,44	1.145.204,64	2.688.049,78
		Total	1.775.679,68	5.953.368,39	10.360.986,79	11.651.840,57	12.095.631,57	41.837.507,00
	Bolsas	Assistência	450.000,00	1.050.000,00	1.950.000,00	3.600.000,00	6.000.000,00	13.050.000,00
		Mestrado	45.120,00	56.400,00	56.400,00	676.800,00	676.800,00	1.511.520,00
		Doutorado	117.096,00	468.384,00	552.024,00	2.509.200,00	4.349.280,00	7.995.984,00
		Pós-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Professor	0,00	79.200,00	198.000,00	396.000,00	396.000,00	1.069.200,00
		Total	612.216,00	1.653.984,00	2.756.424,00	7.182.000,02	11.422.080,00	23.626.704,00
	Unidades Básicas de	274.090,75	850.230,22	1.462.469,48	2.881.242,23	5.847.190,53	11.320.223,20	
	Total Projetado	2.661.986,43	8.462.582,61	14.579.880,26	21.715.082,80	29.364.902,10	76.784.434,20	
	Créditos Autorizados	2.221.622,15	7.581.352,81	13.892.855,64	21.102.320,31	29.147.752,46	73.945.903,37	
Diferença	-440.364,28	-881.229,80	-687.024,62	-612.762,49	-217.149,63	-2.838.530,83		
Investimento	Edificações	2.810.004,00	5.194.000,00	5.428.000,00	5.507.500,00	0,00	18.939.504,00	
	Infra-	562.001,00	1.038.800,00	1.085.600,00	1.101.500,00	0,00	3.782.100,00	
	Equipamento	2.248.003,96	4.155.200,00	4.342.400,00	4.383.000,00	0,00	15.134.404,90	
	Total	5.620.008,90	10.388.000,00	10.856.000,00	10.992.000,00	0,00	37.856.008,90	
	Créditos	5.620.008,96	0,00	0,00	0,00	0,00	5.620.008,96	
	Diferença	0,00	-10.388.000,00	-10.856.000,00	-10.992.000,00	0,00	-32.235.999,94	

2. Ata de aprovação do conselho superior (decreto nº. 6.096/2007):

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES
COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário, realizada no dia 24.10.07, com início às 9h, no Auditório Guillard Martins, no Campus de Campina Grande.

01. Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, com início às nove horas,
02. realizou-se, no Auditório Guillard Martins, no Campus de Campina Grande, a vigésima
03. primeira reunião extraordinária do Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade
04. Federal de Campina Grande, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Thompson
05. Fernandes Mariz. Atendendo à convocação, compareceram os Conselheiros: José Edílson de
06. Amorim – Vice-Reitor da UFCG. Paulo de Freitas Monteiro – Diretor do CCBS; Rosilene
07. Dias Montenegro – Vice Diretora do CH; Antônio Berto Machado – representante do CH;
08. Bráulio Maia Júnior – Diretor do CCT; Manassés da Costa Agra – representante do CCT;
09. Wellington Santos Mota – Diretor do CEEI; Péricles Rezende Barros – representante do

10. CEEI; João Batista Queiroz de Carvalho – Diretor do CTRN; Carlos F. Medeiros Filho –
11. representante do CTRN; Joaquim Cavalcante de Alencar – Diretor do CCJS; Jonábio
12. Barbosa dos Santos – representante do CCJS; Fábio de Freitas Pereira – Diretor do CFP;
13. José Irelânio L. de Ataíde e Marilena Maria de Souza – representantes do CFP; Paulo de
14. Melo Bastos – Diretor do CSTR; Aderbal Marcos de Azevedo Silva – representante do
15. CSTR; Márcio de Matos Caniello – Diretor do CES; José Carlos de Oliveira Santos –
16. representante do CES; Martinho Queiroga Salgado – Diretor do CCTA; Adrián José Molina
17. Rugama – representante do CCTA; Aroldo Felix Azevedo Junior, Thiago Carvalho, Jarbas
18. Sobreira Moreira Júnior, Flaubert Holanda Diniz, Claudiano Lopes Diniz e Melquesedek
19. da Silva Pereira – representantes do DCE; Macário O Cavalcante, Ana Maria Neves
20. Leopoldino, Wellington Lucena Bandeira e José Pereira da Silva, todos representantes
21. do Corpo Técnico-Administrativo da UFCG; Antônio José da Silva – representante da Câmara
22. Superior de Ensino; Josenira dos Santos França e Bonifácio Benício de Souza –
23. representantes da Câmara Superior de Pós-Graduação; Marcelo Jorge C. de Sá e Luis
24. Henrique Cunha – representantes da Câmara Superior de Pesquisa e Extensão; Edinalda
25. Duarte Gualberto e Rômulo Raimundo Maranhão do Valle – representantes da Câmara
26. Superior de Gestão Administrativo-Financeira. Presentes, ainda, os Professores Vânia Sueli
27. Guimarães Rocha, Antonio José da Silva e Camilo de Lélis Gondim, integrantes da Comissão de
28. Elaboração da proposta desta Instituição para o Programa de Reestruturação e Expansão das
29. Universidades – REUNI, e também os Professores Josevaldo Pessoa da Cunha – Ouvidor da
30. UFCG, e Sandra Sueli Bezerra, Presidente da ADUFCG – Seção Sindical do ANDES-Sindicato
31. Nacional. Estiveram ausentes os Conselheiros: Edgard Afonso Malagodi – representante do
32. CH; João Luis dos Santos, Edelde Gonçalves da Silva e René Anísio da Paz -
33. representantes do Corpo Técnico-Administrativo da UFCG. Verificando existir a presença do
34. quorum regulamentar, o Senhor Presidente iniciou a reunião, apresentando suas boas vindas
35. aos presentes, desejando-lhes um bom dia de trabalho. No item “Expediente”, o Senhor
36. Presidente informou sobre documento do Diretório Central dos Estudantes desta Instituição,
37. nomeando Melquesedek da Silva Pereira, em substituição a Aline Sarmento. Em seguida, iniciou
38. a “Ordem do Dia”, apresentando algumas linhas mais gerais da proposta a ser apreciada por
39. este Colegiado. Afirmou ele que, inicialmente, a proposta da UFCG para o Programa considerou
40. três elementos básicos para sua definição: aumentar o número de vagas nos cursos já
41. existentes, criar novos cursos e a contribuição advinda dos Centros. Informou que, para a
42. UFCG, há um quantitativo limite de cento e setenta e uma vagas para docentes, de modo que a
43. Comissão teve que adequar a demanda, oriunda dos Centros, de duzentos e noventa e dois.
44. Declarou que a quantidade de vagas ofertadas constituiu o elemento base para a definição do
45. montante de recursos a ser distribuído para cada Centro. A Comissão apenas definiu os
46. percentuais, no interior da proposta. O Senhor Presidente afirmou, ainda, que a Reitoria
47. constituirá, caso os Conselheiros aprovem, um Comitê Gestor que gerenciará os recursos que
48. virão para a operacionalização do Programa. Passou, então, a palavra ao Presidente da
49. Comissão, o Vice-Reitor José Edílson de Amorim, para apresentar suas considerações iniciais.
50. Segundo este, a proposta a ser analisada nasceu do balizamento do disposto pelo Programa
51. com o contexto atual desta Universidade, e que os números referentes aos recursos, e que

52. constituem um montante de setenta e seis milhões até o ano de dois mil e doze, podem ser
53. conquistados, a depender da otimização da relação professor-aluno, que deve ser de um para
54. dezoito. Na proposta em análise, foram feitos ajustes para se atingir esta meta. O Presidente
55. da Comissão falou dos percentuais a serem utilizados em investimentos, do quantitativo de
56. bolsas estabelecido na proposta, além de falar sobre o número e a razão da quantidade de
57. servidores técnico-administrativos que deverão ser admitidos, a partir do desenvolvimento do
58. Programa. Em seguida, a Comissão, em exposição feita pela Professora Vânia Sueli, detalhou,
59. inicialmente, os números referentes ao quadro de vagas para docentes, e depois, a planilha de
60. distribuição dos recursos financeiros, que considera as vagas ofertadas ao final do REUNI, os
61. recursos por vaga projetada, incluindo a parcela de recursos por vaga projetada por Unidade
62. Acadêmica e o total para cada um dos Centros. Foi esclarecido aos Senhores Conselheiros que
63. a Universidade será auditada ano a ano, e que o descumprimento das metas acarretará a
64. suspensão dos recursos. Após a exposição da Professora Vânia Sueli, os Conselheiros passaram
65. a arguir a Comissão, para obter os esclarecimentos necessários, levantando questões que
66. foram debatidas à exaustão, e contestando alguns dos ajustes feitos à contribuição dos
67. Centros. Registrou-se, todavia, o reconhecimento da qualidade do trabalho da Comissão,
68. quanto ao detalhamento dos dados apresentados. Após o pronunciamento de grande parte dos
69. presentes, registrando-se, inclusive o pronunciamento da Presidente da ADUF CG, procedeu-se
70. ao encaminhamento, proposto por alguns dos Conselheiros, de não votar a proposta naquele
71. momento. Posto em votação, o número de dois votos favoráveis ao encaminhamento, trinta e
72. cinco votos contrários e nenhuma abstenção, levou, de imediato, à votação da proposta
73. elaborada pela Comissão. O resultado final foi de trinta e três votos (33) favoráveis, três votos
74. contrários e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu
75. a participação de todos, e encerrou a reunião, da qual eu, Maria do Socorro Pereira,
76. Coordenadora da SODS, lavro a presente Ata, para ser assinada pelo Senhor Presidente, por
77. mim, e pelos demais Conselheiros, após lida e aprovada. Secretaria dos Órgãos Deliberativos
78. Superiores da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 24 de outubro
79. de 2007.